

Artigo

Capitalismo e as políticas de resignação¹

Peter Benson

Stuart Kirsch

Resumo

Desde a década de 1990, antropólogos têm dedicado mais atenção ao Estado e à governamentalidade do que a uma das formas de poder mais influentes de nosso tempo: a corporação. A desatenção ao papel das corporações revela-se particularmente problemática quando os danos que elas provocam são evidentes e significativos. Propomos uma reorientação do estudo do poder na antropologia, com foco nas estratégias que as corporações utilizam em resposta aos seus críticos e em como essas estratégias facilitam a perpetuação do dano. Identificamos três fases principais da resposta corporativa à crítica: negação, reconhecimento e acomodações simbólicas e engajamento estratégico. Por meio de estudos de caso das indústrias do tabaco e da mineração, mostramos como as respostas corporativas aos seus críticos protegem esses setores de uma possível deslegitimação e permitem que continuem operando em ambientes regulatórios favoráveis. Por fim, relacionamos essas estratégias corporativas a sentimentos generalizados de descontentamento com o presente e à percepção de impotência diante da possibilidade de mudar o futuro. Embora as corporações normalmente se beneficiem da política da resignação, argumentamos que a insatisfação generalizada com as práticas corporativas representa um ponto de partida importante para a mudança social.

Palavras-chave: Corporação; Poder; Subjetividade.

¹ No original: *Capitalism and the Politics of Resignation*. *Current Anthropology*, v. 51, n° 4, p. 459-486, 2010. Tradução e revisão de Raquel Giffoni Pinto, professora do Departamento de Análise Geoambiental da Universidade Federal Fluminense/UFF (raquelgiffoni@id.uff.br) e Fabrina Furtado, professora do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) (f.furtado7@gmail.com). Agradecemos ao Professor Stuart Kirsch, tanto pela articulação que viabilizou esta publicação quanto pela generosidade em assumir os custos relacionados aos direitos autorais, o que tornou possível compartilhar este texto com o público de língua portuguesa. Estendemos também nosso agradecimento ao Professor Henri Acselrad e à Fundação Ford, cujo apoio foi fundamental para a realização da tradução e revisão deste artigo.

Capitalism and the politics of resignation

Abstract

Anthropologists since the 1990s have paid greater attention to the state and governmentality than to one of the most consequential forms of power in our time, the corporation. The lack of attention to corporations is especially problematic when the harm they cause is readily apparent and substantial. We propose to reorient the study of power in anthropology to focus on the strategies corporations use in response to their critics and how this facilitates the perpetuation of harm. We identify three main phases of corporate response to critique: denial, acknowledgement and token accommodation, and strategic engagement. In case studies of the tobacco and mining industries, we show how corporate responses to their critics protect these industries from potential delegitimization and allow them to continue operating in favorable regulatory environments. Finally, we connect these corporate strategies to pervasive feelings of discontent about the present and the perceived inability to change the future. Although corporations usually benefit from the politics of resignation, we argue that widespread dissatisfaction with corporate practices represents an important starting point for social change.

Keywords: Corporation; Power; Subjectivity.

Capitalismo y las políticas de resignación

25

Resumen

Desde la década de 1990, los antropólogos han prestado más atención al Estado y la gubernamentalidad que a una de las formas de poder más influyentes de nuestro tiempo: la empresa. La falta de atención a las empresas es especialmente problemática cuando el daño que causan es evidente y sustancial. Proponemos reorientar el estudio del poder en la antropología para centrarse en las estrategias que utilizan las empresas en respuesta a sus críticos y cómo esto facilita la perpetuación del daño. Identificamos tres fases principales de la respuesta corporativa a las críticas: negación, reconocimiento y acomodación simbólica, y compromiso estratégico. En estudios de caso de las industrias tabacalera y minera, mostramos cómo las respuestas corporativas a sus críticos protegen a estas industrias de una posible deslegitimación y les permiten seguir operando en entornos normativos favorables. Por último, relacionamos estas estrategias corporativas con los sentimientos generalizados de descontento sobre el presente y la percepción de la imposibilidad de cambiar el futuro. Aunque las empresas suelen beneficiarse de las políticas de resignación, sostenemos que el descontento generalizado con las prácticas corporativas representa un importante punto de partida para el cambio social.

Palabras clave: Corporación; Poder; Subjetividad.

Uma das obras mais influentes da década de 1990 é *Seeing Like a State*, de James C. Scott (1998). Scott demonstra como os projetos de cunho modernizador-radical estão condenados ao fracasso por não considerarem as circunstâncias e os saberes locais. Seu trabalho nos ajuda a compreender os efeitos simplificadores do Estado, que reduz a complexidade a um conjunto de problemas que são mais suscetíveis a uma gestão eficiente. No entanto, como observa Fernando Coronil (2001) em sua resenha crítica, dinheiro, mercados e capital desempenham papel muito mais decisivo na conformação do mundo moderno do que Scott reconhece. Neste artigo, argumentamos que essa omissão é sintomática de uma tendência mais ampla na disciplina, em que antropólogos dedicam maior atenção ao Estado e à governamentalidade do que às formas pelas quais as corporações moldam o mundo com vistas à obtenção de lucro, crescimento e legitimidade. A falta de atenção às corporações se torna particularmente problemática em contextos nos quais os danos que elas produzem são evidentes e substanciais. Em razão disso, propomos uma ampliação do olhar antropológico sobre o exercício do poder corporativo e, em particular, sobre as estratégias corporativas utilizadas em resposta às críticas e como elas facilitam a perpetuação do dano.

Por muitos anos, a academia tem operado de acordo com um paradigma dominante segundo o qual o capitalismo teria vencido.² Figuras intelectuais de destaque na esfera pública como Francis Fukuyama (1992), Dinesh D'Souza (2003), Hernando De Soto (2003) e Fareed Zakaria (2008) celebram a dominância do capitalismo. A pesquisa antropológica recente sobre o capitalismo se apoia em duas tradições analíticas distintas. Trabalhando com uma perspectiva predominantemente foucaultiana, autores como Aihwa Ong (1998, 2003, 2006) tratam o capitalismo como um sistema de governamentalidade que reproduz estruturas e subjetividades neoliberais. A tradição neo-marxista, representada por estudiosos como David Harvey (1992, 2005), lamenta tanto o domínio do capita-

² Este artigo foi concluído antes que a plena dimensão da crise financeira de 2008–2009 se tornasse evidente. Embora haja um amplo reconhecimento de que são necessárias mudanças regulatórias sistemáticas para enfrentar as causas desses problemas, também observamos que a resposta inicial do Estado foi a de sustentar as instituições que haviam assumido os maiores riscos na economia da bolha, em vez de proteger as pessoas mais vulneráveis à crise financeira.

lismo quanto as formas pelas quais o neoliberalismo aprofundou, em vez de resolver, suas contradições centrais (ver também Boltanski; Chiapello, 2005). Consequentemente, o arcabouço teórico predominante na antropologia combina uma análise da governamentalidade com uma sensibilidade crítica proveniente do marxismo.³ Ainda que estudiosos já tenham demonstrado como as corporações podem funcionar como Estados, ao estenderem seu poder sobre produtores e consumidores, raramente se examina como essas empresas exploram sua posição privilegiada na ordem mundial capitalista global (ver, porém, Gibson-Graham 1996).⁴ Em nossa perspectiva, tanto as contradições estruturais do capitalismo descritas por Marx – a exploração do trabalho, a alienação e o fetichismo da mercadoria que obscurece as relações sociais de produção – quanto as novas contradições associadas às ameaças à saúde humana e ao meio ambiente são insuficientemente problematizadas pela literatura sobre governamentalidade.

Ao empreender uma breve análise genealógica das correntes intelectuais da antropologia, podemos considerar que as sensibilidades marxistas, predominantes na antropologia dos anos 1970 (Nugent, 2007), teriam ido para a clandestinidade. De um ponto de vista estritamente foucaultiano, o estudo do poder e da subjetividade deve ser conduzido em um espírito de agnosticismo moral que trata o poder como uma relação a ser

³ Argumentamos que antropólogos deveriam dedicar maior atenção à forma como as corporações respondem à crítica, além das formas clássicas pelas quais o capitalismo é analisado nas abordagens marxistas e neomarxistas (Godelier, 1977; Roseberry, 1997; Terray, 1972). Uma tradição da antropologia marxista tem se concentrado nos modos de produção, na organização político-econômica das sociedades e na constituição das ideologias, a ponto de argumentar que a cultura opera como uma consciência coletiva a serviço dos interesses do capital (Ortner, 1984, p. 139-140). Outra vertente da antropologia inspirada em Marx seguiu os caminhos da teoria dos sistemas-mundo e das teorias da dependência (Gunder Frank, 1967; Wallerstein, 1976), preocupando-se com a imposição de forças externas sobre as comunidades (Ortner, 1984, p. 141). Nessa cisão da antropologia marxista, percebemos a emergência dos binarismos dominantes entre o local e o global e entre heterogeneidade e homogeneidade, que moldaram grande parte da literatura sobre globalização nos anos 1990.

⁴ Ortner (2005, p.43) descreve a visão neoliberal do desenvolvimento econômico e do sujeito, segundo a qual os produtores devem tornar-se cidadãos flexíveis, capazes de atender melhor às necessidades do capital em relação à força do trabalho, e os consumidores devem tornar-se sujeitos despolitizados, cuja identidade ou propósito central não é uma relação com o Estado ou um dever de participação política, mas a capacidade de consumir informações e produtos. A agência individual torna-se o meio através do qual o poder é exercido. Mesmo quando questões econômicas são abordadas na grande mídia, o *ethos* neoliberal predominante faz com que “atos pessoais de poupança e consumo” sejam geralmente destacados “em detrimento do que acontece no local de trabalho nas cúpulas corporativas...” (Berlant, 1997, p. 8).

compreendida e renegociada (ver Deleuze, 1988; Foucault, 1979, 1994; Rabinow, 1996).⁵ No entanto, a governamentalidade é frequentemente retratada de forma negativa por ampliar o poder do Estado. A atenção dos acadêmicos à governamentalidade tem sido intelectualmente produtiva em muitos aspectos, especialmente em sua especificação da relação da cidadania e da subjetividade com as formas institucionalizadas de poder. Um subtexto recorrente dessa literatura é que a governamentalidade inibe a resistência às formas normativas do poder institucional, do mesmo modo que a ideologia, sob a ótica marxista, impede o reconhecimento e a contestação das estruturas de classe. As sensibilidades críticas da tradição marxista permanecem latentes na antropologia, conforme indicado pela suposição de que o poder pacifica a resistência, o que contrasta com o argumento foucaultiano de que o poder e a resistência se produzem mutuamente. O resultado é uma etnografia que trata as corporações principalmente como extensões da governamentalidade, ou como máquinas anti-políticas (Ferguson, 1994), ignorando amplamente os processos políticos pelos quais as corporações promovem seus próprios interesses. As táticas autoritárias do poder corporativo desaparecem sob formas sutis do poder pastoral, que produzem sujeitos governáveis. A literatura sobre governamentalidade também negligencia a possibilidade de que a regulação e o controle estatal possam ajudar a conter os interesses corporativos.

Neste artigo, propomos uma reorientação mais produtiva do estudo do poder corporativo, a partir da análise das táticas e estratégias utilizadas pelas corporações para responder às críticas que recebem.⁶ Acreditamos que esse enfoque é mais compatível com a forma como Foucault concebeu o poder: como um campo de estratégias e relações (Lazzarato, 2002). Nosso objetivo é abrir caminho para uma análise mais rigorosa do papel crucial que as corporações desempenham na política moderna. Propomos uma etnografia do capitalismo que se concentre especificamente nos danos causados pelas indús-

⁵ Sobre a relação entre política e moralização na obra de Foucault, ver Rabinow (1996, p. 21, 138) e Shiner (1982).

⁶ Em outro trabalho, descrevemos o poder de oxímoros corporativos como “cigarros seguros” e “mineração sustentável”, que transmitem uma mensagem política destinada a tranquilizar o consumidor que, de outro modo, seria crítico (Benson; Kirsch, 2010).

trias e nas formas pelas quais as corporações moldam a gestão social desses danos. Sugerimos que as respostas corporativas à crítica contribuem para uma estrutura de sentimento dominante em nosso tempo, que denominamos “política da resignação”. Especificar como o poder corporativo opera é necessário para localizar uma fonte importante do descontentamento moral generalizado que permeia as sensibilidades políticas contemporâneas e para superar a suposição predominante de que nada pode ser feito diante dessas preocupações.⁷ Sustentamos que há uma conexão direta entre as táticas e estratégias corporativas e o sentimento generalizado de impotência que caracteriza a vida política atual e, mais ainda, que as corporações cultivam ativamente essa sensibilidade e se beneficiam dela. A política estatal e os meios de comunicação também estão profundamente implicados na prevalência do cinismo e da resignação. No entanto, essa resignação é frequentemente mal compreendida quando confundida com capitulação: argumentamos que, sob determinadas condições, ela pode se converter na base para uma política transformadora.

Os antropólogos fariam bem em procurar os efeitos do poder corporativo em todos os lugares e em praticamente tudo o que estudamos. Por exemplo, a etnografia das práticas de troca e dádiva na Melanésia, historicamente tão influente na teoria antropológica, foi revitalizada por sua interface com os estudos sobre empresas mineradoras na Papua-Nova Guiné (cf. Biersack, 2006; Crook, 2004; Filer; Macintyre, 2006; Halvaksz, 2008; Jacka, 2001; Kirsch, 2006, 2007, 2008; Weiner; Rumsey, 2004). A economia capitalista pode não ter atingido todos os locais do mundo com a mesma intensidade (Coronil, 2000; Ortnier 1984, p. 142-144), mas o “slot selvagem” (Trouillot, 1991) é uma invenção do imaginário pré-iluminista e o estudo das corporações transnacionais é tão necessário nas florestas tropicais da Nova Guiné quanto nas zonas industriais do Norte global. Nossos estudos de caso sobre a indústria de tabaco dos Estados Unidos e a indús-

⁷ Como observa o historiador da medicina Allan Brandt (2007, p. 399), “O amplamente documentado declínio da confiança pública nas instituições, da presidência à corporação, ofereceu um clima corrosivo para acusações e denúncias. Cada vez mais, acusações de que as companhias de tabaco haviam mentido eram recebidas com antecipação cínica: bem, é claro que mentiram.”

tria transnacional de mineração em Papua Nova Guiné representam exemplos arquetípicos de contextos disciplinares polarizados, tradicionalmente tratados como opostos, para os quais se supunha a necessidade de metodologias e objetos de pesquisa completamente distintos. No entanto, o foco nas corporações revela que os dois contextos podem ter mais em comum do que se supunha anteriormente.

A antropologia do capitalismo que propomos aqui não pretende retomar ou reformular a clássica distinção entre posições formalistas e substantivistas que há muito tempo ocupa os antropólogos econômicos e outros estudantes de economia política (cf. Cook, 1982; Polanyi, 1968). Tampouco se concentra necessariamente no trabalho e nas dinâmicas do ambiente laboral (Burawoy, 1979), ou na construção cultural dos processos econômicos e dos mecanismos de troca (Gudeman, 1986). Embora essas abordagens sigam relevantes, chamamos atenção para a necessidade de estudos empíricos sobre o “capitalismo realmente existente”, com foco nos atores, instituições e situações específicas nas quais o capitalismo é constituído (Bahro, 1978).⁸ Em outras palavras, propomos um estudo sobre como as empresas operam, como se relacionam com os Estados e com os públicos, e como os problemas de saúde humana e ambientais são negociados.

Embora esse ponto de partida possa parecer evidente, ou até mesmo senso comum, as corporações geralmente permanecem fora do escopo da pesquisa antropológica. Por exemplo, uma recente coletânea de ensaios sobre globalização faz apenas referências pontuais às corporações, em vez de tratá-las como importantes temas etnográficos (Inda; Rosaldo, 2008). As corporações são mencionadas apenas algumas vezes em alguns dos principais textos da antropologia econômica (Gudeman, 1986; Wilk, 2007). O subcampo da antropologia política mudou drasticamente nos últimos anos para refletir as tendências empíricas observadas em diversas partes do mundo; o que costumava ser um campo focado no estudo de estruturas políticas, processos rituais e direito consuetudinário agora complementa esses focos com atenção aos regimes jurídicos internacionais

⁸ Rudolf Bahro (1978) e Michael Burawoy e János Lukács (1992) pediram pela primeira vez o estudo do “socialismo realmente existente”, em contraste com tradição marxista de comparar a ideologia socialista com o “capitalismo realmente existente”.

e aos direitos humanos, à governamentalidade e aos contextos sociopolíticos da formação de sujeitos coloniais e pós-coloniais. Em contraste, a antropologia econômica ainda não passou por uma atualização e ampliação comparáveis às que ocorreram em outros subcampos, permanecendo centrada em seu foco tradicional sobre dádivas, mercadorias e trocas. Falta-lhe, portanto, uma atenção sistemática a uma das formas mais consequentes de poder em nosso tempo: a corporação. Seguimos nessa direção perguntando: Como as corporações contribuem para a formação de estruturas de sentimento generalizadas? Quais são as estratégias específicas que as empresas usam para engajar seus críticos? Começamos com uma breve revisão das abordagens dominantes ao capitalismo na antropologia contemporânea. Em seguida, discutimos trabalhos etnográficos exemplares sobre corporações. Por fim, introduzimos alguns conceitos que consideramos úteis para o estudo do capitalismo. O primeiro deles é o de “indústria do dano”. Com isso, nos referimos a empresas capitalistas que se baseiam em práticas destrutivas ou prejudiciais às pessoas e ao meio ambiente: o dano é parte inerente de seu funcionamento normal. O segundo conceito que propomos é o de política da resignação. Inspirando-nos em Slavoj Žižek (1989) e outros autores (como Sloterdijk, 1983), referimo-nos a uma estrutura de sentimento característica da modernidade tardia, marcada por uma tendência ao cinismo na vida política. Na formulação influente de Raymond Williams (1977, p. 132-133), as estruturas de sentimento são amplamente determinadas pela economia política. Ele argumenta que há, frequentemente, uma disjunção entre os afetos dominantes e os afetos ordinários da vida cotidiana (Stewart, 2007). Daí sua referência ao “assentimento formal com dissenso privado” (Williams, 1977, p. 132), expressão que orienta nossa discussão sobre a política da resignação. Esta política atua como um importante facilitador do capitalismo contemporâneo, ao legitimar o poder corporativo como inevitável ou amplamente imutável. Essa atitude é exemplificada no popular vernáculo americano “*whatever*” (tanto faz), que transmite a sensação de que não há escolhas políticas reais

Por fim, apresentamos dois estudos de caso, baseados em trabalho de campo etnográfico sobre as indústrias do tabaco e da mineração, que ilustram esses conceitos.

Embora essas indústrias se destaquem pela capacidade de causar danos à vida humana e ao meio ambiente, não as consideramos como casos isolados nem exceções: revelam dinâmicas fundamentais do poder corporativo.⁹ Em cada caso, mostramos como essas “indústrias do dano” lucram com o sofrimento humano e a degradação ambiental – não podem existir sem isso —, ainda que promovam amplamente discursos sobre os benefícios sociais de suas atividades, seu compromisso com a legalidade, sua disposição para colaborar com governos e ONGs e sua suposta responsabilidade como “cidadãos corporativos”. No caso da produção de tabaco, analisamos não apenas os impactos do tabagismo na saúde, mas também a convergência paradoxal entre os interesses da indústria do tabaco e as políticas públicas de saúde. Quanto à indústria da mineração, descrevemos como as empresas frequentemente minimizam ou negam os impactos reais de suas operações até que seja tarde demais para proteger o meio ambiente. Esses estudos de caso também fornecem uma ilustração detalhada de nosso terceiro conceito, que é um modelo processual de resposta corporativa à crítica, organizado em três fases que estruturam o debate público e as percepções dos danos.

O triunfo inquestionável do capitalismo não pode ser explicado satisfatoriamente por argumentos sobre o “esmaecimento do afeto, perda da crença ou alienação”, para usar as palavras de Brian Massumi (2002, p. 43).¹⁰ Da mesma forma, sugerimos que a política de resignação se baseia parcialmente no reconhecimento generalizado de que há problemas fundamentais com o comportamento corporativo, como fica evidente na natureza generalizada do discurso cínico. Os recentes escândalos em Wall Street apenas exacerbaram e tornaram mais visíveis tais preocupações. A política da resignação é uma prova das deficiências de um modo de disciplina e controle que busca inocular o corpo político contra a crítica e promover a satisfação com a escolha do consumidor e modos

⁹ Consulte o volume editado por Singer e Baer (2009) sobre “commodities assassinas” e a “produção corporativa de danos”, que foi publicado após a conclusão deste ensaio.

¹⁰ Os escritos de Massumi (1992, 2002) são inspirados no trabalho de Gilles Deleuze e, portanto, estão, em muitos aspectos, em desacordo com a crítica da ideologia apresentada por Žižek. Enquanto Žižek conceitua a subjetividade política em termos de contradições que são perpetuamente rearticuladas pela mediação simbólica, Deleuze, assim como Foucault, entende a subjetividade política em termos de disciplina e outras forças institucionais (cf. Deleuze; Guattari, 1983, 26-27; Žižek, 2003, 2006).

flexíveis de acumulação.¹¹ As corporações são eficazes em suturar as contradições e redirecionar as energias críticas, deixando o público e os governos resignados com os danos que as corporações produzem. A política de resignação é, em parte, um sintoma do processo pelo qual o poder corporativo normaliza e naturaliza o risco e o dano como condições inevitáveis da modernidade, e não como relações entre corporações, corpos e ambientes que podem ser potencialmente reorganizados e alterados (ver Kirsch, 2008).¹²

Concluimos propondo uma antropologia do capitalismo “sem garantias”, que ofereça novas possibilidades de responsabilizar as corporações pelos danos que causam. Acreditamos que a especificação empírica de como as corporações operam, incluindo como elas promovem a resignação, tem implicações importantes para combater uma política na qual o status quo parece inevitável. Como escreveu um de nós em outro lugar, o que está em jogo “não é apenas acertar ou mesmo constituir uma academia que seja continuamente desafiada pelo mundo em vez de isolada dele, mas, em última instância, uma política que reconheça um leque mais amplo de possibilidades analíticas” (Kirsch, 2001, p. 195).

A Antropologia do Capitalismo

Os tempos mudaram desde que Sherry Ortner (1984), em seu memorável artigo sobre a teoria na antropologia desde os anos 1960, lamentou o domínio de uma “visão

¹¹ Luc Boltanski e Eve Chiapello (2005) descrevem como as empresas reorganizaram as práticas de gestão desde a década de 1960, usando a linguagem da contracultura para promover novas práticas de trabalho e meios mais sutis de controle do local de trabalho. Embora os autores se concentrem nas preocupações tradicionais marxistas sobre exploração, em vez de problemas relacionados à saúde humana e ao meio ambiente, eles fornecem outro exemplo de como as corporações mitigam as críticas à alienação cotidiana por meio de táticas de apropriação.

¹² Outra característica importante dos setores farmacêuticos é como o desenvolvimento contínuo de novas tecnologias cria novos riscos (Adam, 1998; Beck, 1992). Consequentemente, as empresas de uma ampla gama de setores enfrentam a situação difícil de estar sempre à beira de uma crítica pública que é potencialmente incontrolável.

de mundo centrada no capitalismo”. A autora qualificou essa perspectiva como “questionável... especialmente para a antropologia” e, ao menos naquela época, contestava a ideia de que “praticamente tudo o que estudamos já foi tocado... pelo sistema mundial capitalista e que, portanto, muito do que vemos em nosso trabalho de campo e descrevemos em nossas monografias deve ser compreendido como tendo sido moldado em resposta a esse sistema” (Ortner, 1984, p. 142-143). Ortner estava compreensivelmente preocupada com a representação da mudança social e da história como algo que vinha de fora, implicando uma cisão entre tradição e modernidade, entre o local e o global (ver também Wolf, 1982). Também argumentava que a etnografia tendia a retratar os efeitos do capitalismo de forma excessivamente homogeneizante. Em contraste com o foco econômico da teoria dos sistemas-mundo e do materialismo cultural, Ortner (1984, p. 142) defendia uma maior atenção às “relações de poder, dominação, manipulação [e] controle”. Seu apelo por um estudo do poder em suas diversas formas foi amplamente acolhido por antropólogos, culminando no enfoque contemporâneo sobre governamentalidade. Dado o ritmo acelerado da globalização e a intensificação do poder corporativo desde a publicação do artigo de Ortner, apoiamo-nos em suas percepções para argumentar que os antropólogos precisam especificar como o capital responde à crítica, à resistência e à oposição. Nesta seção, revisamos algumas das abordagens mais populares e influentes ao estudo do capitalismo e identificamos uma tensão central entre as abordagens culturais e a literatura mais materialista sobre violência estrutural. Um foco nas corporações e em suas práticas estratégicas nos obriga a considerar ambas as dimensões do capitalismo.

Dado que estudiosos marxistas se concentram principalmente em classe, trabalho e produção, o trabalho de Arjun Appadurai (1986, 1996) preenche uma lacuna importante ao estudar os processos de consumo e sua relação com a identidade. Sua discussão sobre a globalização baseia-se em seu trabalho anterior sobre fluxos de mercadorias, demonstrando como ideias e identidades coletivas circulam de forma comparável ao movimento de mercadorias. Seu foco na importância do consumo e da agência do consumidor as-

sume hoje uma relevância ainda maior, considerando que estratégias de resistência ao capitalismo frequentemente tomam a forma de consumo ético, como consumir alimentos locais, construir edificações sustentáveis e de “investimentos socialmente responsáveis”. No entanto, a celebração da agência, implícita na literatura mais ampla sobre consumo, negligencia o poder das corporações em moldar a imaginação do consumidor e promover formas particulares de autoconstituição e identificação política.¹³

Outra tendência da antropologia do capitalismo examina as diferenças regionais na organização e nas práticas das corporações. Essa literatura sobre capitalismo vernacular segue a tradição polanyiana de entender as práticas econômicas como cultural e socialmente enraizadas. Por exemplo, antropólogos estudaram as particularidades culturais e econômicas de uma empresa familiar italiana (Yanagisako, 2002), da indústria de bebidas em Trinidad (Miller, 1997), de uma fábrica de alimentos infantis na Polônia pós-socialista (Dunn, 2004), da publicidade na Índia (Mazzarella, 2003) e das fábricas de tricô na Índia (Chari, 2004). Outros estudiosos iniciaram pesquisas etnográficas sobre instituições e práticas financeiras, revelando os mundos sociais, culturais e morais de financistas e corretores da bolsa, em contraste com a suposta operação neutra dos mercados (Fisher; Downey, 2006; Hart, 2001; Ho, 2005; LiPuma; Lee, 2004; Maurer, 2005; Miyazaki, 2003; Zaloom, 2003).

Nesses estudos, a abstração do capitalismo global é reconfigurada de forma útil em termos de “capitalismos globais” situados em contextos específicos (Ho, 2005). Essa literatura aborda variações locais e regionais para articular uma crítica teórica e política às premissas formalistas da economia neoclássica. No entanto, um foco substantivista nas economias enraizadas (*embedded*), pode desviar a atenção do fato de que corporações transnacionais atravessam múltiplos mundos locais. Essas corporações exploram

¹³ Um caso clássico de como as empresas moldam a consciência do consumidor vem do setor farmacêutico. Na análise de Joseph Dumit (2002) sobre o marketing de “drogas para a vida toda”, a medicação é concebida não como uma cura, mas como uma forma de manutenção vitalícia. Isso faz parte de uma mudança mais ampla no capitalismo, de uma transação singular de mercadorias para o estabelecimento de relacionamentos duradouros com marcas ou serviços (por exemplo, telefones celulares gratuitos são fornecidos em troca de contratos de serviço de longo prazo).

estrategicamente as diferenças culturais para obter vantagens políticas e econômicas, construindo ou objetificando ativamente essas diferenças, ao invés de simplesmente adaptarem-se a elas (Ong, 1987). Um exemplo disso é a forma como a McDonald's Corporation desenvolveu com sucesso mercados no Leste Asiático por meio de pesquisas sobre comportamento do consumidor, demografia, estruturas familiares e os significados culturais dos alimentos e da alimentação (Watson, 2006). Os resultados dessas pesquisas foram utilizados para codificar seus produtos com valores culturalmente importantes e para criar restaurantes voltados especialmente a jovens e idosos. A McDonald's também treinou consumidores nos modos de comer *fast food* (por exemplo, limpar sua própria mesa, mover-se rapidamente nas filas e não permanecer no local após a refeição), mecanismos de autorregulação necessários para tornar o negócio eficiente e lucrativo.

Boa parte da antropologia do capitalismo concentra-se no neoliberalismo. As políticas de ajuste estrutural promovidas pelo Banco Mundial, que moldaram de forma significativa os mercados e as transações financeiras, vieram acompanhadas por transformações na experiência subjetiva e na natureza da cidadania. Uma forma assumida pela dialética entre transformação estrutural e psicologia social foi a versão de capitalismo de cassino que Jean e John L. Comaroff (2000) chamam de “capitalismo milenar”.¹⁴ A especulação era desenfreada, e os mercados eram regidos por mecanismos financeiros tão complexos que nem mesmo os próprios operadores conseguiam explicá-los. Ficar rico rapidamente por meio da loteria tornou-se uma metáfora dominante da época. Como notaram outros antropólogos, o neoliberalismo não é apenas um processo econômico (Hale, 2005). É também uma estrutura de sentimento, na qual o otimismo permanente transforma desigualdades e contradições em promessas de um futuro que se afirma já estar em curso. Os Comaroff descrevem como a cultura do neoliberalismo, especialmente a aura de expectativa, cria um contexto sociopolítico favorável às maquinações e depre-

¹⁴ A indústria de mineração em Papua Nova Guiné foi comparada de forma semelhante a esquemas de investimento pirâmides chamadas *moni rain*, ou chuva de dinheiro, que sugere que o dinheiro cairá do céu como chuva (Post Courier, 2002). Os papua-neoguineenses tratam as rendas de recursos das empresas de mineração como formas fáceis, quase mágicas, de ganhar dinheiro. Entretanto, isso só é verdade se não forem levados em conta os custos externalizados da mineração (ver Kirsch, 2006, p. 210).

dações do capital: as solidariedades baseadas em classe são fragmentadas pelo consumismo individual, pelas lógicas de responsabilização pessoal e pela promoção de identidades étnicas e minoritárias mercantilizadas (Comaroff; Comaroff, 2000, 2004). Essas especulações do capitalismo milenar estavam envoltas em um brilho ilusório e acompanhadas de formas culturais que desviavam a atenção das crescentes desigualdades e também dos riscos ambientais produzidos pela indústria (Beck, 1992). No entanto, o colapso das hipotecas subprime, a crise da dívida em Wall Street e o consenso emergente sobre a ameaça das mudanças climáticas globais nos colocaram em um novo momento do capitalismo, que talvez ainda seja milenar, mas de um tipo bastante diferente.

Uma área da pesquisa antropológica que se concentrou nos aspectos negativos e prejudiciais da indústria é a literatura da antropologia médica sobre violência estrutural, a qual se refere a arranjos sociais que sistematicamente expõem grupos subordinados e desfavorecidos aos danos, colocando-os em risco por diversas formas de sofrimento (Farmer, 2004, p. 307-308). O conceito de violência estrutural está intimamente associado a outros termos-chave, como “sofrimento social” (Bourdieu, 2000; Kleinman, Das e Lock, 1997; Singer, 2006), “violência cotidiana” (Scheper-Hughes, 1992) e o “curso social” do sofrimento (Benson, 2008b; Kleinman *et al.*, 1995).

A literatura sobre violência estrutural enfatiza as dimensões institucionais e estruturais do sofrimento, incluindo o papel dos mercados, governos e instituições. No trabalho de Amartya Sen (2001) sobre a fome, por exemplo, o sofrimento é demonstrado como resultado de processos políticos que mantêm a distribuição desigual de recursos. Um objetivo comum entre antropólogos tem sido o de “ressocializar” a violência, o sofrimento e as desigualdades estruturais ao identificar suas causas sociopolíticas e econômicas subjacentes (Farmer, 2004; ver também Benson, 2008a; Benson; Fischer; Thomas, 2008; Kirsch, 2001).

A literatura sobre violência estrutural foi concebida especificamente como um afastamento do estudo das dimensões culturais dos processos econômicos, em favor de

uma ênfase no risco, na desigualdade e no dano.¹⁵ No entanto, a abordagem da violência estrutural tende a objetificar o dano sem considerar os processos culturais, como as estruturas de sentimento, que influenciam as respostas ao dano industrial. Nem a abordagem cultural do capitalismo, nem o paradigma da violência estrutural dedicam atenção suficiente à corporação, mas vemos valor em articular elementos de ambas as abordagens. Da perspectiva da violência estrutural, resgatamos a atenção às desigualdades e aos danos, frequentemente ausentes da abordagem cultural. Da perspectiva cultural, consideramos essencial a preocupação com a natureza dinâmica do poder, as relações entre corporações, Estados e pessoas, e a forma como as ideologias corporativas moldam o comportamento do consumidor e administram a crítica.

Uma abordagem combinada, que articule sensibilidade às dinâmicas culturais com atenção aos processos estruturais, conduz a uma concepção da antropologia do capitalismo como um projeto empírico voltado a estudar como as corporações operam e os danos que causam, incluindo as formas como moldam a política em torno desses danos. Consequentemente, recomendamos um foco nos impactos biológicos, sociais e ambientais concretos causados pelo capital corporativo, bem como nas táticas e estratégias adotadas pelas corporações para evitar ou gerir os passivos daí decorrentes. A antropologia do capitalismo não deve negligenciar o elemento fundamental, ou seja, não apenas a capacidade de lucro, mas a previsão de lucros sobre a violência estrutural e a degradação ambiental. As formas de dano corporal, comunitário e ambiental perpetradas por corporações são convenientemente omitidas das campanhas de relações públicas e dos materiais de marketing, e apenas por meio de ações judiciais essas formas de dano passam a figurar como passivos ou ativos nos balanços contábeis (Pietz, 1999).¹⁶

¹⁵ Farmer (2004, p. 308) adverte contra o materialismo vulgar e enfatiza a "materialidade do social", referindo-se às maneiras dinâmicas pelas quais as representações culturais, os imaginários espaciais e os padrões de experiência coletiva informam as economias políticas e os processos sociais e institucionais.

¹⁶ Como observa William Pietz, o direito civil reestrutura as relações sociais sob a forma de dívida monetária: "Nesta era do capitalismo global, o valor sagrado da vida humana é reconhecido no que alguns podem considerar como técnicas esotéricas do direito civil"; mas, no caso dos danos causados pela indústria, "essa pode ser a única salvação em uma sociedade totalmente civilizada" (Pietz, 1999, p. 79).

Etnografia das corporações

Há alguns estudos etnográficos sobre corporações que examinam o tipo de relacionamento entre a indústria e seus críticos que abordamos neste artigo. Em sua etnografia sobre trabalho e política nas minas de estanho da Bolívia, June Nash (1979) descreve o choque entre estratégias sindicais e políticas nacionalistas, e como os povos indígenas utilizam a política simbólica para interpretar sua subordinação e exploração. O trabalho de Kim Fortun (2001) sobre a Union Carbide e o desastre de Bhopal mostra como as corporações trabalham para manter os desastres industriais à distância, mesmo depois que ocorrem. James Ferguson (1999) descreve como os baixos salários dos mineiros na Faixa de Cobre da Zâmbia e a receita limitada para o Estado impedem que as promessas da modernidade se concretizem. O trabalho de Adriana Petryna (2005, 2007) mostra como corporações privadas de pesquisa médica buscam, internacionalmente, locais com regimes de monitoramento menos restritivos, acelerando ensaios clínicos de medicamentos voltados para consumidores ricos em seus países de origem. A etnografia de Kaushik Sunder Rajan (2006) sobre a indústria biotecnológica foca nos aspectos textuais das relações públicas corporativas, como a hipervalorização de novas pesquisas e desenvolvimentos. Por fim, a recente discussão de Robert Foster (2008) sobre o ativismo de consumidores e acionistas em relação à Coca-Cola talvez se aproxime mais das preocupações aqui tratadas, ao considerar de que forma os direitos políticos são cada vez mais restringidos pela participação em uma “democracia do consumidor”.

O estudo das indústrias do dano são inerentemente multissituados (Marcus, 1998). Envolve pesquisa etnográfica dentro e ao redor das corporações, desde as salas de reuniões onde decisões importantes são tomadas até os tribunais, ações dos investidores e protestos públicos onde as corporações enfrentam resistência, além das fazendas, fábricas e mercados onde a produção e o consumo ocorrem. Antropólogos podem considerar a realização de trabalho de campo em escritórios corporativos como uma forma de “estudar os de cima” (*studying up*), no sentido convencional (Nader, 1969). Tais estratégias

implicam riscos de cooptação, uma vez que a tendência dos etnógrafos a empatizar e se identificar com seus interlocutores pode limitar suas descobertas ou postura crítica. No entanto, a etnografia das corporações tem o potencial de oferecer *insights* sobre os pressupostos, expectativas e motivações que são socializados entre pessoas que trabalham em corporações. Tal análise pode revelar como as estratégias corporativas são concebidas e implementadas, incluindo dissensos, desacordos e complicações entre atores corporativos. Estudos antropológicos sobre corporações também podem sugerir táticas e estratégias para ONGs e ativistas promoverem reformas corporativas.

Existem modos alternativos de “estudar os de cima” que não envolvem inserção etnográfica na corporação, como a análise de campanhas de relações públicas, etnografia das interações corporativas com trabalhadores e sindicatos, e documentação das discrepâncias entre discursos oficiais e práticas reais.¹⁷ Antropólogos estão particularmente bem posicionados para analisar os paradoxos que sustentam as alegações e práticas de responsabilidade social corporativa (Smith, 2009, p. 360-408; Welker, 2009). Ao conectar estudos etnográficos aprofundados de comunidades a questões mais amplas de política social e pública, antropólogos podem fornecer uma perspectiva crítica sobre como as reivindicações de responsabilidade social são legitimadas em múltiplos níveis, frequentemente com o apoio de governos, apesar da contestação por parte de diversos atores, ONGs e movimentos sociais. Por exemplo, um estudo sobre a Philip Morris e suas estratégias para manter o tabaco no mercado exige exame etnográfico dos trabalhadores que produzem tabaco e das pressões que enfrentam em razão da mudança nos significados sociais do fumo, das regulamentações sanitárias e das transformações do mercado internacional (Benson, 2008b). O estudo de movimentos políticos indígenas que denunciam os impactos ambientais de projetos de mineração também deve considerar as respostas

¹⁷ Somos gratos a um revisor anônimo por chamar nossa atenção para o trabalho de Michael Schudson (1986) sobre publicidade, que descreve como os consumidores se protegem contra afirmações de anunciantes que reconhecem ser falsas e como os anunciantes estão cientes disso. O exemplo clássico vem dos famosos comerciais da Isuzu do final da década de 1980, nos quais um personagem fictício faz afirmações bizarras, reconhecendo a ficção compartilhada pela qual a publicidade opera.

da indústria da mineração ao inesperado sucesso dessas novas formas de resistência (Kirsch, 2007, 2008).

A análise textual de corporações – incluindo leituras críticas de anúncios publicitários e campanhas de marketing, como nos trabalhos de Timothy Burke (1996), Kim Fortun (2001) e William Mazzarella (2003) – constitui outra estratégia possível para o estudo das indústrias do dano. Antropólogos podem investigar como as corporações colaboram para estabelecer frentes estratégicas coordenadas e se organizam em torno de uma oposição comum à crítica, ou trabalham para moldar regulações de maneira mais favorável ao capital. Isso pode incluir tanto a análise de materiais de relações públicas corporativas quanto de documentos internos de empresas e da indústria. Tanto no setor de mineração quanto no de tabaco, esses documentos revelam inconsistências entre o conhecimento que as corporações possuem – e protegem cuidadosamente – sobre os danos e as formas estratégicas com que enquadram ou amenizam os riscos e perigos em suas comunicações públicas. Esses documentos também podem revelar como as empresas veem seus críticos e fornecer evidências convincentes de que as empresas entendem como as ONGs, os governos e os públicos trabalham e podem ser manipulados (sobre revelações nos arquivos da indústria do tabaco, ver Brandt, 2007).

Políticas neoliberais de desregulamentação frequentemente transferem às corporações a responsabilidade de monitorar seus próprios impactos, o que suscita questões sobre como as indústrias instrumentalizam a ciência, moldam a expertise e a experimentação, e comprometem o debate público. Isso é mais claramente observado na indústria do tabaco, mas também aparece em críticas recentes à indústria farmacêutica (Petryna, 2005, 2007; Sunder Rajan, 2006). As práticas corporativas são cada vez mais contestadas por meios legais e outros, como demonstram o estudo de Suzana Sawyer (2004) sobre a resistência indígena às petroleiras no Equador; o trabalho de Melissa Checker (2005) sobre poluição urbana e um movimento de justiça ambiental no sul dos Estados Unidos; a análise de Sarah Lochlann Jain (2004) sobre ações judiciais contra a indústria do tabaco por práticas de marketing racializado; e as pesquisas etnográficas e de *advocacy* de Stuart

Kirsch (2006) sobre campanhas indígenas contra os impactos ambientais destrutivos da mineração. Ações judiciais e processos legais não apenas visam à obtenção de justiça ou compensação, mas também revelam as engrenagens do capital que, de outro modo, permaneceriam encobertas ou ocultas.

Indústria do Dano

Quando pensamos nas formas industriais de dano, muitas imagens vêm à mente: nuvens escuras de fumaça saindo de usinas termelétricas movidas a carvão sulfurado em Pequim; pilhas de componentes internos de microcomputadores na Nigéria, onde crianças de rua derretem o cobre e o ouro valiosos; petróleo vazando no estreito de Prince William, vinte anos após o derramamento do Exxon Valdez; calotas polares derretendo, ameaçando práticas de caça indígena e populações animais; e as propriedades potencialmente cancerígenas dos plásticos com bisfenol A, presentes em toda parte – desde madeiras até as garrafas de água onipresentes nas cidades. A simples abundância de problemas como esses parece avassalador e paralisante. Sua complexidade também faz com que pareçam condições intratáveis às quais as pessoas devem se resignar a conviver.

Eventos impactantes suscitaram indignação pública contra a indústria, como a publicação, em 1964, do relatório do Cirurgião-Geral dos Estados Unidos sobre tabagismo e câncer, que alterou substancialmente as percepções e significados populares do ato de fumar, ou o lançamento de *Silent Spring* (1962), de Rachel Carson, marco na crítica em larga escala ao sistema alimentar industrializado (ver McWilliams, 2008). Esses “pontos de inflexão” têm o potencial de impulsionar o ativismo social, no que Ulrich Beck (1992, p. 78) chama de “poder capacitador das catástrofes”. No entanto, esses eventos nem sempre representam uma ameaça plena às corporações, que reagem disseminando dúvidas e respondendo de modos que promovem um sentimento de resignação política. Quando bem-sucedidas, essas respostas corporativas fragmentam movimentos sociais e

formas de crítica que se formam em torno desses pontos de inflexão, levando a mudanças políticas voltadas para reformas pontuais, e não para uma reestruturação abrangente da sociedade e da economia.

Nesta seção, identificamos três fases da resposta corporativa à crítica social e governamental. No entanto, queremos enfatizar que o modelo proposto é dinâmico, que as corporações podem avançar e retroceder entre as diferentes fases de resposta, e que as indústrias podem passar por esses ciclos mais de uma vez. A fase 1 da resposta corporativa envolve a ausência de engajamento com as externalidades, que pode evoluir para uma negação explícita de que a crítica seja ou de que exista um problema legítimo. Até recentemente, a indústria do petróleo ainda negava a relação entre o consumo de combustíveis fósseis, a acumulação de dióxido de carbono e o aquecimento global. Ainda nos anos 1990, a indústria do tabaco negava a existência de uma ligação causal direta entre o tabagismo e doenças. Como sugerimos anteriormente, a negação frequentemente envolve a criação de uma “contraciência” financiada pela própria indústria, destinada a sustentar sua posição (ver Beck, 1992, p. 32). O núcleo da fase 1 é a recusa em engajar-se publicamente com os críticos.

O objetivo da fase 1 é limitar a responsabilidade pelas externalidades. Por exemplo, se as multas por operar de modo danoso ao meio ambiente ou que coloque em risco a segurança dos trabalhadores não forem suficientemente severas, as corporações podem internalizá-las como um custo de operação, sem mudar suas práticas. O custo total de reparação dos danos corporativos pode não apenas corroer a lucratividade, como também levantar questões sobre a legitimidade da empresa e ameaçar sua continuidade. Por isso, a fase 1 tende a ser o status quo da maioria das corporações: a negação da gravidade dos problemas como forma de evitar os custos associados às externalidades e a ameaça de deslegitimação pública.

Uma estratégia-chave da fase 1 é a proliferação da dúvida. Essa abordagem foi utilizada de forma pioneira pela indústria do tabaco, que criou seu próprio conselho de pesquisa para sustentar a alegação de que a relação entre tabagismo e doenças não estava

cientificamente comprovada (Brandt, 2007; Proctor, 1996). A fabricação da incerteza tornou-se prática padrão em diversos setores industriais (Davis 2002; Michaels 2008). A promoção da dúvida pelas corporações tem influência central na percepção do risco, e a ambiguidade resultante está diretamente relacionada à estrutura de sentimento que denominamos resignação. Etnógrafos podem rastrear as formas como essas estratégias da indústria, baseadas na dúvida e na incerteza, são absorvidas pela consciência popular ou confrontadas por movimentos sociais e consumidores ativistas.

A fase 2 da resposta corporativa à crítica envolve o reconhecimento de que existe um problema, de que algo é defeituoso ou nocivo, e de que a base da crítica possui alguma validade científica ou ética. No entanto, as respostas da fase 2 limitam-se, em grande parte, a gestos simbólicos de compensação ou mitigação. Mesmo enquanto continuavam negando que os problemas de saúde fossem causados pelo tabagismo, nos anos 1950 as empresas de tabaco passaram a introduzir tecnologias de filtragem e a utilizar descrições enganosas como “light” e “baixo teor de alcatrão” para aliviar a ansiedade dos consumidores e manter sua legitimidade (Fairchild; Colgrove, 2004). A indústria da mineração é apenas uma entre muitas que pagaram compensações a demandantes legais sem interromper ou modificar radicalmente os processos industriais responsáveis pelos danos (Kirsch, 1997). O cerne das respostas corporativas de fase 2 à crítica está no esforço de evitar assumir integralmente os custos para resolver os problemas que elas mesmas causaram.

Enquanto os riscos da fase 2 são limitados para as corporações, a fase 3 caracteriza-se pela gestão de crise. Ela é definida pelo risco de que os problemas enfrentados por determinada empresa ou setor ganhem proporções financeiras e sociais tão grandes que se tornem inadministráveis. A ameaça de perdas catastróficas, falência, colapso do setor ou perda total de legitimidade leva as corporações a adotar uma resposta da fase 3. Nessa fase, a empresa é forçada a engajar-se ativamente com seus críticos e a participar da formação de políticas que resultem na regulação e gestão dos problemas vinculados às suas atividades. Por exemplo, depois que se estabeleceu que o amianto causava câncer de

pulmão e outras doenças respiratórias, ações legais contra a indústria levaram a processos de falência. Fabricantes de tinta enfrentaram custos semelhantes devido aos efeitos do chumbo sobre o sistema nervoso infantil. Contudo, a ameaça de insolvência financeira levou à negociação de acordos inovadores que permitiram que essas empresas continuassem operando, para que pudessem realizar reparações parciais pelos danos causados. Outros custos, relativos ao amianto e ao chumbo, foram socializados por meio de sua transferência ao Estado ou aos indivíduos afetados – inclusive consumidores, responsabilizados pela limpeza de propriedades contaminadas por esses materiais tóxicos (Brodeur, 1985; Warren, 2001).

A resposta corporativa de Fase 3 à crítica assume diversas formas. Pode envolver a apropriação do discurso e das estratégias de movimentos de oposição, como o uso, pela indústria da mineração, do conceito de desenvolvimento sustentável. Pode incluir o desenvolvimento de programas de certificação que revestem os processos de produção e consumo com um selo de aprovação pública. Vemos isso especialmente em parcerias estratégicas entre indústrias e autoridades regulatórias governamentais, como evidenciado na indústria do tabaco, na indústria madeireira e, mais recentemente, na campanha contra os “diamantes de sangue” na indústria da mineração. As corporações também podem assimilar seus críticos por meio da incorporação às suas estruturas, formando parcerias ou recrutando ativistas para integrarem conselhos de administração ou atuarem como consultores de relações públicas, reduzindo sua capacidade e motivação para promover reestruturações radicais e mudanças profundas. A resposta corporativa de Fase 3 frequentemente envolve a promoção estratégica de uma ideologia de “harmonia”, que inclui valores como compromisso e responsabilidade, com o objetivo de retratar os críticos como encenqueiros ineficazes e justificar reformas limitadas em vez de transformações estruturais abrangentes (Nader, 1997). Outra forma assumida pela resposta corporativa de Fase 3 é o surgimento do que tem sido chamado de “cultura da auditoria” (Strathern, 2002; ver também Power, 1997), o desenvolvimento de regimes de monitoramento e responsabilização que não produzem mudanças reais.

O cerne da resposta corporativa de Fase 3 é a gestão estratégica do engajamento crítico e o estabelecimento de um ponto de contenção (*topping point*), um limite a partir do qual a reforma é apresentada como sensata e razoável.¹⁸ Esses limites geralmente são definidos pelos interesses econômicos da indústria e são governados com segurança pelos rituais da cultura da auditoria, pelas regulamentações dos programas de certificação, pelos valores do compromisso harmonioso e pela aparência de benevolência quando uma corporação reconhece algum grau de risco ou dano. As corporações também podem visualizar a possibilidade de ganho competitivo e a conquista de um novo tipo de legitimidade por meio de sua participação em processos regulatórios. Abaixo, fornecemos evidências de um caso desse tipo relacionado à indústria do tabaco; da mesma forma, o apoio ao Processo de Kimberley, referente às restrições ao comércio dos chamados diamantes de sangue provenientes de zonas de conflito, também teve valor estratégico para a De Beers, que controla a maior parte do comércio mundial de diamantes e se beneficia das restrições à oferta que mantêm os preços altos.

Em suma, a Fase 1 é geralmente a posição mais lucrativa para as corporações ocuparem, pois evita a responsabilidade financeira por externalidades onerosas. As corporações resistem à transição para a Fase 2 devido aos custos acrescidos pela negociação; no entanto, em algumas circunstâncias, pode ser estrategicamente vantajoso para elas moverem-se preventivamente para a Fase 2 a fim de manter o controle sobre sua relação com os críticos. Esse processo é promovido por consultores do setor e pela indústria de relações públicas; manuais sobre relações públicas corporativas instruem as empresas a encontrarem e educarem seus críticos potenciais antes que haja conflito ou mesmo reconhecimento público de um problema (por exemplo, Deegan, 2001; Hance; Chess; Sandman, 1990). Isso permite que as corporações valorizem seu status como “cidadãos corporativos responsáveis” ou “empresas socialmente responsáveis”, sem se engajarem em interações que possam levá-las a mudar seus processos de produção ou reduzir sua

¹⁸ Para saber mais sobre os pontos de contenção (*stopping points*) do poder, consulte Fischer e Benson (2006, p. 18-19, 80-82).

rentabilidade econômica. A resposta corporativa de Fase 3 à crítica é geralmente um último recurso para corporações ameaçadas pelo espectro do colapso, da falência ou da ilegitimidade que compromete a continuidade de sua operação.¹⁹

As indústrias passam por essas fases em ritmos diferentes; corporações concorrentes dentro de um mesmo setor podem responder de maneiras distintas à crítica e, assim, podem estar localizadas em fases diferentes, e as três fases coexistem no capitalismo em um mesmo momento. Por exemplo, em meados de 2008, a indústria de plásticos com bisfenol A estava localizada na negação da Fase 1 (Layton, 2008; ver Bisphenol A Organization, 2008). No entanto, prevemos que, num futuro próximo, a indústria de plásticos se moverá para a Fase 2, engajando-se com seus críticos. De fato, muitas empresas que antes usavam plásticos como componentes de seus produtos já reconheceram a inevitabilidade de uma crise de Fase 3, levando-as a mudar para alternativas não plásticas – por exemplo, cafeterias que passaram a utilizar copos feitos de amido de milho reciclável.

Nossos dois estudos de caso mostram como as estratégias de produção em determinadas indústrias são fundamentadas no sofrimento humano e na degradação ambiental. Estas são indústrias do dano. Empresas de tabaco fabricam e comercializam um produto de consumo – o cigarro – responsável por mais mortes do que qualquer outro. A indústria da mineração movimenta um volume de terra maior do que qualquer outra atividade humana, frequentemente despejando seus resíduos em rios e oceanos e, às vezes, gerando drenagem ácida de minas que persistirá praticamente para sempre. No entanto, também sugerimos que a delimitação de determinadas indústrias é, em última instância, artificial; a maioria, senão todas as corporações, está de alguma forma implicada no dano. Em termos deleuzianos, o dano pode ser compreendido tanto como “atual” – efeitos que podem ser especificados e atribuídos diretamente a uma fonte particular – quanto como

¹⁹ O desenrolar da crise fiscal do final de 2008 e do início de 2009 mostra a rapidez com que os setores podem transitar entre diferentes fases de resposta: o setor financeiro passou da fase 1 de negação para a fase 2 de aceitação minimalista das regulamentações sobre transparência e então para a fase 3 de reconhecimento da ameaça de colapso catastrófico e aceitação da intervenção do governo e de novas formas de regulamentação, tudo isso dentro de um único ciclo fiscal.

“virtual”, no sentido de que o dano é uma relação que atravessa indústrias e é central para os modos capitalistas de produção (Deleuze, 1990, 1995; Massumi 1992, p. 36-37; ver também Beck, 1992; Massumi, 2002). Essas formas virtuais de dano não são menos reais ou concretas, mesmo que as relações causais sejam menos diretamente especificáveis. No caso da indústria da mineração, os metais que ela produz são utilizados em outras indústrias que, à primeira vista, podem não parecer prejudiciais. Produtos de tabaco são itens-chave para lojas de conveniência e postos de gasolina, enquanto o patrocínio financeiro da indústria do tabaco há muito beneficia diversas instituições e organizações, incluindo entidades esportivas profissionais e grandes universidades de pesquisa.

O estudo das indústrias do dano e das três fases de resposta corporativa à crítica que acabamos de delinear não deve, portanto, ser limitado apenas aos exemplos mais extremos. Pelo contrário, o conceito de indústria do dano nos impele a buscar efeitos de dano semelhantes, respostas corporativas e estratégias de busca por lucro em todo o sistema capitalista. Também sugerimos que uma indústria do dano deve ser definida não apenas em termos das externalidades negativas que produz, mas também em termos de suas relações com a crítica e com a política da resignação.

A Política da Resignação

As pesquisas e escritos sobre o capitalismo frequentemente envolvem uma avaliação de seus correlatos culturais – as estruturas de sentimento, hegemonias e ideologias que acompanham e sustentam seu funcionamento (Williams, 1977). Parte-se da premissa de que há uma superestrutura ou um processo de mediação que inibe a formação da crítica e sutura continuamente – ou rearticula – contradições estruturais, conflitos sociais e subjetividades alienadas (Hall, 1986). O que Fredric Jameson (1984) e David Harvey (1992) denominam pós-modernismo é descrito como uma condição de fragmentação social que desestabiliza as metanarrativas da modernidade, mina as solidariedades de classe e per-

mite formas cada vez mais flexíveis de acumulação capitalista em um contexto de crítica política limitada.

Žižek (1989) propõe argumento semelhante ao afirmar que o cinismo é a contrapartida ideológica do capital e a ideologia dominante dos tempos pós-modernos.²⁰ Žižek vai além da definição marxista tradicional de ideologia como falsa consciência – a antinomia entre a realidade social e sua representação distorcida. Seu conceito de “distanciamento cínico” sustenta que os sujeitos professam conscientemente sua descrença na legitimidade do status quo, desconfiando das imagens e ideias ilusórias que supostamente explicam a realidade, mas ainda assim continuam agindo como se essas ilusões fossem reais (Johnston, 2004; Žižek, 1989, p. 33).²¹ O distanciamento cínico não diz respeito ao reconhecimento de verdades ocultas ou à revelação das ilusões que sustentam o capitalismo. Baseia-se, antes, em um erro de reconhecimento, pois o sujeito toma suas próprias sensibilidades críticas (por exemplo, a ironia) como se fossem um ponto de vista exterior ao capitalismo. Consequentemente, tais gestos de consciência crítica acabam contribuindo para a manutenção das estruturas fundamentais do capitalismo, ao restringir a crítica ao espaço pessoal da resignação política. O sujeito que “sabe das coisas” continua sendo o sujeito que age de acordo com o status quo.

Um exemplo elucidativo de distanciamento cínico é a análise de Žižek sobre as risadas enlatadas em seriados televisivos. Segundo ele, essas risadas nos aliviam até do dever de rir... “[Mesmo] que, cansados de um dia de trabalho estúpido, passamos a noite inteira apenas olhando sonolentos para a tela da TV, ainda assim podemos dizer depois que, objetivamente, através do meio do outro [isto é, o sistema capitalista], nos divertimos bastante” (Žižek, 1989, p. 35). De modo semelhante, manchetes sobre má conduta corporativa deveriam colocar em questão verdades fundamentais sobre o capitalismo,

²⁰ Žižek distingue entre cinismo e “kynismo”, este último se referindo a formas populares de ironia e sarcasmo por meio das quais as pessoas comuns rejeitam a cultura oficial ou a ordem social. Em contraste, a distância cínica e a política resignada geralmente sustentam a ordem social reconhecendo as reivindicações ilusórias do poder, mas, em última análise, mantendo o status quo (Žižek, 1989, p. 28-30).

²¹ Em outras palavras, o “sujeito cínico tem plena consciência da distância entre a máscara ideológica e a realidade social, mas ainda assim insiste na máscara” (Žižek, 1989, p. 29).

mas transmitem notícias que já não surpreendem. As pessoas reviram os olhos e perguntam: “O que esperávamos?” Essa reação parece extrair um prazer irônico da confirmação cínica de expectativas negativas. Assim como a risada enlatada isenta o público de rir, as manchetes negativas isentam os sujeitos do ônus da crítica política. O erro de reconhecimento aqui reside na ideia de que uma consciência crítica é, por si só, uma resposta suficiente às circunstâncias relatadas pela mídia. As pessoas assumem uma postura irônica, encolhendo os ombros ou até rindo, como se isso as diferenciase de uma política que reconhece a gravidade das denúncias veiculadas nos jornais e os danos causados pelo capitalismo corporativo.

Consideramos útil a noção de cinismo de Žižek para compreender como o poder corporativo permanece, em grande medida, inquestionado. Afetos ordinários como cinismo, ironia, sarcasmo e resignação diante do estado político das coisas podem ser os principais recursos disponíveis às pessoas sob condições políticas repressivas (Boyer; Yurchak, 2008; Fischer; Benson, 2005; Yurchak, 2003).²² O termo norte-americano “*whatever*” (tanto faz) expressa de maneira semelhante uma frustração política que não encontra saída e deixa poucas alternativas. Sua popularidade é indício do status normativo da política da resignação nos Estados Unidos. No entanto, também sugerimos que o cinismo não é apenas sinal de conformismo e obediência. Nesse sentido, Thomas Dumm (1998) insiste que a resignação nem sempre é desmobilizadora. Ele distingue entre um estado passivo de resignação ao destino e uma forma de desafio que expressa sentimentos de descontentamento. Atos deliberados de resignação estão “o mais distantes possível dos termos do consentimento” (Dumm, 1998, p. 74). Ainda que as pessoas pareçam aceitar o modo como as corporações operam, isso não significa, necessariamente, que tenham dado seu consentimento; a resignação política expressa descontentamento mesmo quando tal sentimento não se traduz em formas mais ativas de oposição. A resignação indica que as expectativas quanto a um futuro positivo foram anuladas, e que sua

²²No contexto socialista, Alexi Yurchak (2003) argumenta que a ironia, ao indicar a lacuna entre a reprodução semântica e pragmática das formas socialistas, tornou possível o colapso da União Soviética.

reparação está além da capacidade ou controle do sujeito resignado (Dumm, 1998, p. 71). A política cotidiana da resignação implica o reconhecimento não apenas de que as coisas estão erradas, mas também de que, na prática, pouco se pode fazer a respeito. A resignação também pode indicar o reconhecimento de que limitações estruturais impedem a capacidade de promover mudanças. O que é particularmente interessante na política da resignação é que ela opera numa negociação entre, para usar os termos de Scott (1992), os discursos públicos e os ocultos; ela expressa uma crítica que é profundamente constrangida. Em outras palavras, apresentamos uma leitura mais otimista da obra de Žižek ao sugerir que a resignação é um sentimento coletivo que evidencia um descontentamento generalizado com o capital, em vez de uma aceitação de sua vitória monolítica.

Nos estudos de caso que se seguem, destacamos como as corporações buscam produzir resignação e sufocar a crítica. Em particular, mostramos como as diferentes fases da resposta corporativa à crítica se articulam com a política da resignação. Ao mesmo tempo, a persistência da resignação revela descontentamento com o status quo, e não uma conformidade iludida pela retórica da responsabilidade social corporativa.

Tabaco

A indústria do tabaco é um caso exemplar do que entendemos por indústria do dano. O tabagismo é a principal causa evitável de doenças nos Estados Unidos e internacionalmente. No século XX, ocorreram 100 milhões de mortes relacionadas ao tabaco, e estima-se que até 1 bilhão de pessoas morrerão devido ao tabaco no século atual. A maioria dessas mortes ocorrerá no mundo em desenvolvimento, onde as empresas de tabaco atuam intensamente para limitar controles sobre a venda de tabaco, associar o hábito de fumar a imagens de glamour e modernidade e direcionar suas campanhas ao público jovem (Brandt, 2007; Proctor, 2001; World Health Organization, 2008). Até hoje, os movimentos antitabagistas nos Estados Unidos concentraram-se principalmente em

questões de saúde do consumidor, mas há também sérios problemas sociais e de saúde relacionados à agricultura do tabaco, incluindo a exposição de agricultores e trabalhadores rurais a pesticidas (Arcury; Quandt, 2006; Benson, 2008b). Benson (2008a, 2008b) estudou a relação entre os problemas enfrentados por agricultores e trabalhadores do setor e a reorganização da indústria em uma era marcada pelo fervor antitabagista.

A indústria do tabaco é indicativa de como corporações e setores industriais lidam de forma eficaz com críticas ou com a conscientização pública sobre danos, de modo a sustentar sua comercialização, limitar a intervenção estatal e manter um mínimo de legitimidade. Uma maneira de compreender o tabaco como uma indústria do dano é analisar a série de justificativas e racionalizações em constante mudança que o setor tem apresentado para defender que os produtos derivados do tabaco permaneçam não apenas legais, mas relativamente pouco regulados quando comparados a outros produtos nocivos. O ciclo de respostas das empresas de tabaco à crítica começou de forma mais contundente nos anos 1950, quando o significado social do cigarro foi repentinamente revertido após novas evidências científicas ligarem o tabagismo ao câncer.²³ O relatório do *Surgeon General* de 1964 consolidou um amplo consenso científico e médico sobre os efeitos do cigarro na saúde, levando a novas intervenções governamentais destinadas a regular a venda de cigarros, como a inclusão de advertências nos rótulos. No entanto, por meio de uma variedade de respostas astutas, a indústria do tabaco conseguiu semear dúvidas sobre a relação entre o cigarro e a doença, tranquilizando os fumantes e sustentando o consumo.

A primeira fase da resposta corporativa à nova ciência sobre o tabagismo foi a negação. A indústria patrocinou seus próprios estudos científicos e financiou ONGs (a mais notória sendo o *Tobacco Institute*) para divulgar relatórios favoráveis apresentados como se fossem resultado de pesquisa científica neutra. Até os anos 1990, a indústria negava

²³ É certo que as respostas da indústria do tabaco às ansiedades dos consumidores sobre o fumo e a saúde são anteriores às descobertas epidemiológicas das décadas de 1950 e 1960. Um exemplo clássico foi o uso de médicos em propagandas de cigarros nas décadas anteriores à guerra; o endosso de médicos era uma forma estratégica de comercializar produtos considerados menos "irritantes" para os consumidores que estavam preocupados com o impacto do fumo em sua saúde (Gardner; Brandt, 2006).

publicamente os danos do fumo e contestava o fato de que a nicotina é uma droga fortemente viciante. A indústria também lançou campanhas de marketing para desencorajar os fumantes a se preocuparem com os problemas de saúde, notadamente com a campanha do *Marlboro Man*, da Philip Morris, que “prometia controle e autonomia em um mundo onde esses valores estavam se perdendo” (Brandt, 2007, p. 263-264).

Essa resposta da fase 1 se sobrepôs aos esforços da fase 2 para abordar preocupações específicas relacionadas a risco e dano (Benson, 2010). Durante as décadas de 1950 e 1960, a indústria do tabaco introduziu uma série de produtos, como os cigarros com filtro, que eram apresentados como mais seguros do que os cigarros convencionais. Esses novos produtos foram comercializados como uma forma do que uma das empresas chamou de “proteção à saúde”. Essas campanhas de marketing reconheciam implicitamente que os produtos derivados do tabaco estavam causando danos. Publicidades subsequentes, que continuaram até os anos 1980, sugeriam indiretamente que os cigarros “light” ou de “baixa emissão de alcatrão” eram uma opção mais segura (Pollay; Dewhirst, 2002). No entanto, era de conhecimento comum dentro da indústria que esses novos produtos forneciam uma falsa sensação de segurança. As empresas decidiram não divulgar que esses produtos entregavam quantidades semelhantes de alcatrão e nicotina em relação aos cigarros sem filtro. O marketing agressivo desses produtos perpetuou a dependência do tabaco, pois os fumantes migraram para essas opções acreditando equivocadamente que eram menos arriscadas (Fairchild; Colgrove, 2004).²⁴ Notavelmente, nos anos 1970, apesar das evidências esmagadoras sobre os riscos do fumo, quase metade dos adultos norte-americanos ainda fumava regularmente (Brandt, 2007, p. 4-5), o que atesta o poder da resposta de fase 2 da indústria do tabaco.

Outro elemento central da resposta de fase 2 da indústria foi o argumento econômico protecionista. A indústria e seus aliados políticos nos estados produtores de tabaco

²⁴ A participação de mercado dos cigarros light aumentou de 4% em 1970 para 50% em 1990 e, com campanhas publicitárias agressivas, para 80% em 1998. As pessoas “acreditavam, e ainda acreditam, que esses produtos apresentam menos riscos à saúde do que outros cigarros” (Institute of Medicine, 2001, p. 26).

alegavam que o tabaco deveria permanecer legal e que as medidas de controle deveriam ser limitadas, uma vez que comunidades agrícolas rurais e cidades dependentes da manufatura de tabaco dependiam das receitas geradas pelo setor. O uso desse argumento intensificou-se nas décadas de 1980 e 1990, à medida que a indústria passou a ser mais visada pelo movimento nacional antitabagista e por litígios em larga escala. Embora o tabaco tenha sido, historicamente, uma importante fonte de subsistência no Sul dos EUA – nos anos 1960, havia cerca de meio milhão de famílias produtoras espalhadas por mais de uma dúzia de estados —, essa justificativa era estrategicamente enganosa. A retórica em defesa dos agricultores ignorava o êxodo massivo da agricultura do tabaco nas décadas de 1980 e 1990, motivado pelas dificuldades econômicas decorrentes da globalização da produção, que minou as pequenas propriedades familiares promovidas como justificativa para a proteção da indústria. A imagem romantizada da fazenda familiar ameaçada também encobria as realidades de diferenciação racial e de classe nas comunidades rurais e suas relações com trabalhadores migrantes (Benson, 2008b; White, 1988). A indústria utilizou o apoio aos agricultores como uma forma de assegurar sua própria legitimidade, desconsiderando o fato de que programas governamentais poderiam ter reduzido o consumo de tabaco ao mesmo tempo que ajudassem os agricultores a superar a dependência das receitas provenientes dessa cultura.

A partir da década de 1990, a ameaça de litígios contra a indústria do tabaco se intensificou nos Estados Unidos. Esses processos indicam o que chamamos de “ponto de inflexão”, quando os problemas enfrentados por uma indústria se tornam potencialmente incontroláveis, levantando dúvidas sobre sua continuidade. O custo de se defender de ações coletivas movidas simultaneamente por diversos municípios norte-americanos seria devastador para as empresas. Ao mesmo tempo, suas chances de sucesso nos tribunais diminuiriam substancialmente com a divulgação pública, em processos anteriores, de documentos internos que revelavam um histórico de engano sobre os perigos do fumo. Esses fatores combinados forçaram a indústria a entrar na fase 3, na qual a negação já não é uma resposta viável, e as corporações devem engajar-se ativamente com seus

críticos, frequentemente participando da formulação de políticas relacionadas aos seus produtos. No início dos anos 1990, a Philip Morris considerou abandonar o setor de cigarros, pois as crescentes pressões legais ameaçavam suas subsidiárias de alimentos e bebidas (como a Kraft Foods). Em vez disso, a empresa optou por se envolver com comunidades de saúde pública e, posteriormente, criou uma estrutura jurídica protetiva, incorporando suas atividades com tabaco como entidades separadas (Smith; Malone, 2003a, 2003b).

Embora as empresas de tabaco continuem recrutando fumantes em mercados internacionais pouco regulamentados, nos Estados Unidos elas vêm mudando de estratégia ao reconhecer explicitamente que pertencem a uma indústria do dano. Essa transição é mais evidente na recente reformulação da imagem da Philip Morris como um “cidadão corporativo responsável”, conforme apresentado em seu site institucional, onde a companhia declara, de forma enfática: “Não existe cigarro seguro”. Este site corporativo é uma das fontes mais abrangentes de informações sobre os problemas de saúde relacionados ao tabagismo atualmente disponíveis. A campanha midiática da empresa também inclui comerciais de televisão e anúncios impressos que divulgam os riscos associados ao cigarro. Essas ações não apenas visam à reabilitação da imagem da empresa, desgastada por décadas de deslegitimação que fizeram da indústria do tabaco um ícone da má conduta corporativa, mas fazem parte de uma estratégia mais ampla para proteger a indústria contra novos litígios por meio de parcerias com o governo federal (Benson, 2008b).

Historicamente, a Philip Morris se opôs à possibilidade de que a Food and Drug Administration (FDA) regulasse os produtos de tabaco, e recorreu ao judiciário para bloquear a tentativa da FDA, em 1996, de regulamentar a nicotina como uma droga. Mais recentemente, porém, a empresa reverteu sua posição, apoiando o que passou a chamar de “regulamentação significativa do tabaco”. Argumenta que a regulamentação promove consumidores mais bem informados devido à divulgação dos ingredientes, permite o desenvolvimento de cigarros mais seguros e reforça os limites de idade para a compra de cigarros (McDaniel; Malone, 2005; Philip Morris USA, 2008). A partir de 2000, diversas

tentativas foram feitas para aprovar a legislação da FDA no Congresso. A Philip Morris teve participação ativa na redação da linguagem dos projetos de lei e na gestão do debate público. Embora o governo Bush sempre tenha sinalizado sua oposição ao projeto, alegando, como muitas empresas de tabaco, que a medida sobrecarregaria a FDA e seria difícil de implementar, a recente mudança de poder no nível federal tornou possível sua aprovação. A legislação foi aprovada por ampla maioria no Congresso em junho de 2009, em uma decisão celebrada tanto por grupos de saúde pública quanto pela Philip Morris. A lei conferiu à FDA poderes para proibir a venda de qualquer produto de tabaco que não tenha sido aprovado pela agência e para restringir substancialmente o marketing de produtos de tabaco. Os ganhos para a Philip Morris foram consideráveis: a legislação pode limitar sua responsabilidade legal e impede que a FDA proíba a venda de tabaco para adultos ou exija que os níveis de nicotina sejam reduzidos a zero. A redação da lei também pode dificultar qualquer tentativa significativa da FDA de reduzir o teor de nicotina (Siegel, 2004, p. 440). Essas disposições legais asseguram, na prática, o “direito” do adulto de fumar cigarros viciantes (Givel, 2007; McDaniel; Malone, 2005). A lei beneficia economicamente a Philip Morris, pois as novas restrições de marketing limitam a concorrência, garantindo assim a continuidade da dominância da marca Marlboro no mercado interno. Por esse motivo, outras empresas de cigarro se referiram à lei como o “Ato do Monopólio Marlboro” (Hsu, 2001).

Uma das críticas mais importantes feitas pela área da saúde pública à nova regulamentação da FDA diz respeito à redução de danos. Curiosamente, a FDA já vinha regulamentando a nicotina desde meados dos anos 1980, quando aprovou o uso de gomas de nicotina e outros tratamentos medicinais como terapias de curto prazo para dependência. A autorização da venda desses produtos sem prescrição, em 1996, sinalizou uma mudança no significado médico da dependência de nicotina. As primeiras diretrizes clínicas, desenvolvidas no mesmo ano, classificou a dependência e a abstinência de nicotina como distúrbios e recomendaram o uso terapêutico da nicotina como tratamento. Em 2000, um relatório do Serviço de Saúde Pública norte-americano enquadrado a dependência do

tabaco como uma “condição crônica que requer tratamento repetido até que se alcance a abstinência de longo prazo ou permanente”, equiparando-a à hipertensão, colesterol alto, diabetes e depressão maior (Fairchild; Colgrove, 2004, p. 198-199). Um relatório do Instituto de Medicina (2001) concluiu que não havia base científica para afirmar que produtos modificados de tabaco apresentassem riscos menores à saúde, mas endossou tais produtos como parte “viável” de uma estratégia de redução de danos. Esse relatório foi refutado pelo Instituto Nacional do Câncer, que levantou sérias dúvidas sobre a adequação da redução de danos, dada a história de enganos da indústria e seu contínuo envolvimento estratégico com os ambientes regulatórios de um produto inerentemente nocivo (Fairchild; Colgrove, 2004, p. 192).

O uso clínico e pessoal de produtos medicinais à base de nicotina como estratégia de redução de danos ou cessação do tabagismo (Hatsukami; Henningfield; Kotlyar, 2004) foi aproveitado pela indústria do tabaco como uma oportunidade para perpetuar o mito do “cigarro seguro” (Pierce, 2002). Enquanto dispositivos medicinais liberam doses controladas de nicotina, as empresas lançaram uma série de novos produtos derivados do tabaco, como cigarros sem fumaça, que afirmam reduzir os danos para consumidores que não querem ou não conseguem parar de fumar. Produtos medicinais de nicotina podem de fato beneficiar um grande número de fumantes. No entanto, a redução de danos continua sendo um conceito controverso nas comunidades médica e de saúde pública, porque “a indústria do tabaco gostaria que o movimento de controle do tabaco adotasse a estratégia da redução de danos, para que pudesse usá-la na promoção de seus sistemas alternativos de entrega de nicotina que incluem o tabaco” (Pierce, 2002, p. S53). Na verdade, existem poucos dados científicos verificados ou replicados sobre os novos produtos (Shiffman *et al.*, 2002, p. 121-122).

Embora a nova legislação da FDA conceda poderes aos reguladores federais para controlar o padrão de marketing enganoso da indústria do tabaco, permanece incerto como a agência irá regular as alegações de redução de danos em produtos de tabaco modificados. Críticos do campo da saúde pública temem que as empresas possam comer-

cializar legitimamente produtos com alegações de menor toxicidade, mesmo quando esses produtos não reduzam efetivamente os riscos à saúde (Givel, 2007). Como comentou recentemente a Philip Morris, a legislação “criará um arcabouço para a busca de produtos de tabaco menos nocivos do que os cigarros convencionais” (Montopoli, 2009). É possível que as empresas de tabaco continuem usando o risco como ponto de venda, promovendo melhorias no design dos produtos e explorando a ansiedade em relação aos riscos à saúde para aumentar sua participação no mercado de dependência de nicotina.

A resposta de fase 3 da indústria do tabaco revela a dependência do capitalismo contemporâneo em relação à política da resignação. Uma das formas pelas quais a indústria continua legitimando sua operação é promovendo uma ideologia da assunção individual de risco, que se articula com uma aceitação mais ampla da escolha do consumidor. A ideia de que os consumidores escolhem fumar permite que uma indústria que causa danos extensos continue operando, desde que seja regulamentada. “Em um mundo ideal, baniríamos todos os cigarros”, reconheceu um congressista. “Mas a dura realidade é que há muitos empregos que dependem disso. E, mais importante, há muitas pessoas por aí que são viciadas e precisam da sua dose” (Saul, 2008, p. C3). No entanto, a única reforma que faz sentido do ponto de vista da saúde pública – e que estaria à altura do mandato constitucional do governo federal de proteger o bem-estar geral – é a proibição. O cigarro é o primeiro produto aprovado para consumo pela FDA que é letal quando utilizado conforme o indicado. O que impede uma resistência eficaz ao tabaco e a imposição de uma proibição progressiva é o fato de que a indústria ingressou na fase 3 de resposta corporativa. Para evitar uma nova onda catastrófica de litígios, a Philip Morris agora participa da formulação de regulamentações voltadas a impedir o início do tabagismo entre jovens – embora apenas nos Estados Unidos. Entretanto, a regulamentação pela FDA não aborda a epidemia global do tabagismo e, ao reduzir a ameaça de processos judiciais graves, pode inclusive contribuir para a sustentação do mercado internacional (Givel, 2007; Siegel, 2004). Na prática, a Philip Morris está adotando uma estratégia de troca: aceita regulamentações no mercado interno para limitar sua responsabilidade legal e garantir a

continuidade da empresa – o que não é novidade para a comunidade de saúde pública. A nova legislação representa, em grande medida, um caso de resignação pragmática: grupos antitabagistas aceitaram negociar o melhor acordo possível, diante da aceitação tácita da legalidade do tabaco, resultado de décadas de influência da indústria na cultura. O Wall Street Journal (2009) chegou a descrever a lei como puro cinismo: “Permite que os políticos finjam estar punindo a Big Tobacco enquanto, na verdade, aprofundam sua parceria financeira”.

A própria dependência do governo em relação às receitas do tabaco é outro fator poderoso que limita o ímpeto político para a proibição. O Master Settlement Agreement de 1998 resolveu uma grande quantidade de ações coletivas movidas por estados norte-americanos contra a indústria, buscando recuperar os gastos públicos com saúde. Foi o maior acordo civil da história dos EUA, com a indústria comprometendo-se a pagar mais de 200 bilhões de dólares, ao longo de 25 anos, para cobrir despesas médicas e iniciativas de saúde pública, em troca de proteção contra futuras ações judiciais movidas por entidades públicas (embora sem afetar o direito de cidadãos privados de moverem suas próprias ações). O acordo foi controverso: grande parte da comunidade de saúde pública se opôs a ele, pois impunha apenas restrições modestas à propaganda de cigarros e não seria suficiente para cobrir os custos totais das doenças relacionadas ao tabagismo. Os recursos do acordo raramente foram utilizados pelos estados para os fins originalmente propostos (Brandt, 2007, p. 420-434). Muitos estados venderam títulos lastreados em recursos futuros do acordo, criando fluxo de caixa imediato que reduziu o valor total das indenizações e facilitou o desvio dos recursos para projetos não relacionados. Como consequência, os estados passaram a ter interesse em proteger a indústria do tabaco. Alguns estados chegaram a propor limites para ações judiciais pendentes, pois pagamentos irrestritos a indivíduos também ameaçariam o orçamento público. Em uma “reviravolta notável”, nas palavras de Alan M. Brandt, alguns governos estaduais passaram a “defender a indústria e seu bem-estar econômico”. Longe de ter derrubado a indústria, o acordo

provou ser “uma das vitórias mais surpreendentes da indústria em sua longa história de confrontos com a saúde pública” (Brandt, 2007, p. 435-436).

A regulamentação pela FDA é um meio conveniente de conciliar o fato de que o tabaco deveria ser banido com o reconhecimento da ampla dependência da nicotina e a necessidade de equilibrar os orçamentos estaduais com os recursos oriundos de litígios contra a indústria do tabaco. Podemos compreender por que grandes segmentos da comunidade de saúde pública apoiam a regulamentação da FDA – ainda que a Philip Morris também a apoie. No entanto, essa regulamentação institucionaliza uma ideologia segundo a qual fumar é uma escolha feita por um “adulto informado”, ideologia essa que há muito beneficia a indústria e está presente nas três fases da resposta corporativa. Cynismo e resignação sobre o tabagismo são evidentes entre fumantes viciados, que reconhecem prontamente os danos do hábito, mas falam constantemente sobre o desejo de parar. No entanto, esse substrato de atitudes resignadas nunca se transforma em uma força política ampla que impeça a FDA de legitimar um produto inerentemente nocivo e que exija uma intervenção imediata e eficaz para ajudar os fumantes a parar. A política cotidiana da resignação, tão presente no hábito de fumar, não se converteu na base de uma política alternativa que enfrente a causa do problema. Assim, tanto fumantes quanto o público em geral permanecem na aceitação da legalidade do tabaco, que orienta a política pública e reproduz um status quo evidentemente problemático. As empresas de tabaco não são inocentes nesse estado de coisas; ao contrário, continuam lucrando com ele, moldando de forma eficaz as políticas e atitudes públicas, mesmo enquanto sua legitimidade é cada vez mais questionada.

Mineração

A mineração é outro exemplo evidente de indústria do dano, tanto pela transformação destrutiva do meio ambiente quanto pela exposição tóxica de trabalhadores e de

populações vizinhas à ameaças à saúde, provocadas pelos próprios minerais – como chumbo, amianto e urânio – ou pelos produtos químicos utilizados no processamento mineral, como o cianeto e o mercúrio. Um consultor da indústria, de longa atuação, observou que “é difícil identificar qualquer outro setor industrial... que apresente níveis tão baixos de confiança e uma história tão marcada por divisão, conflito e ressentimento como as indústrias extrativas” e que “algumas pesquisas de opinião mostravam que a indústria [de mineração] era ainda menos respeitada do que a do tabaco” (Danielson, 2006, p. 26, 52). Assim como a continuidade das atividades da indústria do tabaco tem sido justificada por meio de uma série de racionalizações e reivindicações de legitimidade em constante mutação, a mineração é defendida tanto por argumentos econômicos – como a geração de riqueza e de empregos – quanto por argumentos tecnológicos – como a necessidade e o uso disseminado dos metais. Projetos de mineração também são promovidos como forma de desenvolvimento que contribui para a redução da pobreza, embora as empresas do setor frequentemente operem como enclaves econômicos, retornando muito pouco ao Estado ou às comunidades locais (Ferguson, 2006). O Banco Mundial continua apoiando novos projetos de mineração, apesar da avaliação negativa apresentada por sua própria revisão sobre indústrias extrativas (Moody, 2007), em parte porque vê a mineração como um instrumento para promover o investimento estrangeiro direto, elemento-chave das políticas econômicas neoliberais (Danielson, 2006, p. 16). A justificativa mais recente da indústria minerária é sua suposta contribuição ao desenvolvimento sustentável, redefinido em termos do potencial de benefícios econômicos contínuos, em vez de limitar os impactos do desenvolvimento sobre o meio ambiente (Kirsch, 2010b).

Nas últimas duas décadas, a indústria da mineração tem enfrentado uma resistência crescente por parte das populações que vivem nas áreas de influência de minas já existentes e de projetos propostos. Esses grupos frequentemente se articulam a redes mais amplas de ONGs e de pessoas afetadas pela mineração (Kirsch, 2007). As reações da indústria e de empresas mineradoras específicas a essas mobilizações seguem as três fa-

ses de resposta corporativa que identificamos neste artigo. Há vinte anos, Kirsch estuda os impactos a jusante da mina de cobre e ouro Ok Tedi, na Papua-Nova Guiné, e tem colaborado com grupos que contestam os impactos ambientais provocados pela mina (Kirsch, 2002). Embora a avaliação de impacto ambiental original para a mina Ok Tedi previsse a construção de uma barragem de rejeitos, a estrutura nunca foi edificada, devido a um deslizamento de terra ocorrido no local das obras. Consequentemente, desde meados da década de 1980, a mina despeja mais de 1 bilhão de toneladas métricas de estéril e rejeitos – material finamente moído que sobra após a extração do minério valioso – nos rios Ok Tedi e Fly, causando uma degradação ambiental massiva nas áreas a jusante.

Apesar dos alertas precoces sobre as consequências desastrosas do despejo de rejeitos diretamente em rios (*riverine tailings disposal*) (Hyndman, 1988; Kirsch, 1989; Townsend, 1988), de fins da década de 1980 a meados da década de 1990 a Ok Tedi Mining continuou negando que o projeto teria impactos significativos, a fim de minimizar seus gastos com controles ambientais. Em 1991, por exemplo, o Departamento de Meio Ambiente e Relações Públicas da empresa distribuiu um cartaz com um céu azul sobre montanhas e grama verde, uma flor vermelha e uma borboleta laranja. Em tok pisin, a língua crioula da Melanésia, o cartaz dizia: “Ambiente: a empresa protege o rio, a floresta e a vida selvagem. Você não será prejudicado pela poluição oriunda do ouro e do cobre lançados no rio”.²⁵ Na época, a mineradora argumentava que “tanto os seus próprios estudos quanto estudos ambientais independentes demonstraram que haverá pouco impacto real em um sistema fluvial que já transporta grandes volumes de sedimentos” (*Mining Journal*, 1989). A empresa chegou a estabelecer um laboratório científico de ponta na cidade montanhosa de Tabubil e monitorava os impactos do projeto sobre o rio a jusante. Mais tarde, foi alegado que os estudos resultantes foram alterados por funcionários da mineradora antes da publicação, o que levou vários cientistas envolvidos no projeto a se demitirem. Esses atos de negação corporativa quanto aos problemas ambi-

²⁵ O texto original em Tok Pisin diz: “Environment: Kampani lukautim wara, bus, na abus. Nogen kisim bagarap taim pipia bilong gold na kopa go daun long wara.”

entais causados pela mina podem ser entendidos como uma resposta às preocupações das populações que vivem a jusante dos rios Ok Tedi e Fly, que vinham se manifestando de forma cada vez mais incisiva sobre o desmatamento, a redução das terras agrícolas devido ao acúmulo de rejeitos nas margens dos rios e a diminuição da pesca (Kirsch, 1995). Trata-se de um exemplo da resposta corporativa de fase 1, em que a estratégia central consiste em negar a existência de um problema e, com isso, evitar os custos plenos das externalidades – neste caso, os impactos da mineração sobre o ambiente e sobre os modos de subsistência das populações ribeirinhas.

Em 1994, o escritório de advocacia australiano Slater & Gordon entrou com uma ação judicial em nome de 30 mil pessoas afetadas pela mina Ok Tedi contra a Broken Hill Proprietary (BHP), empresa australiana majoritária e operadora da mina. Durante os dois anos seguintes de litígio, a BHP tentou desarticular a coalizão de demandantes por meio de diversas táticas coercitivas, incluindo ameaças legais, processos criminais e ofertas de emprego e compensação. A publicidade negativa gerada pelo caso afetou a imagem pública da BHP, contribuiu para o cancelamento de seu projeto de cobre no Caribe e pôs em risco uma concessão de diamantes avaliada em bilhões de dólares no Canadá (Kirsch, 2007; Nader, 1996). Os custos crescentes para defender a sua posição na mina Ok Tedi levaram a BHP a adotar uma resposta corporativa de fase 3, resultando em um acordo extrajudicial estimado em US\$ 500 milhões em compromissos de compensação e contenção de rejeitos (Banks; Ballard, 1997), um dos maiores acordos de indenização por danos ambientais da época.

No entanto, alguns anos após o acordo, a mineradora recuou para uma resposta de fase 2, alegando que nenhuma das alternativas propostas para limitar a poluição da mina era economicamente viável. A atenção da mídia e das ONGs em relação à mina havia diminuído, e o Estado não demonstrava interesse em arcar com sua parte das medidas de mitigação ambiental, o que permitiu à BHP evitar o cumprimento integral dos termos do acordo. Em vez disso, a empresa instalou uma draga no baixo curso do rio Ok Tedi, que rebaixa o leito do rio e reduz as inundações e o desmatamento, mas remove apenas

metade dos rejeitos produzidos pela mina e 20% do volume total de resíduos despejados no sistema fluvial. Essa resposta de fase 2 reconheceu que o projeto havia causado sérios problemas ambientais a jusante e que as críticas externas à sua operação possuíam validade científica e moral. No entanto, uma resposta corporativa de fase 2 limita-se, sobretudo, a gestos simbólicos de reparação e mitigação, ao invés de comprometer os recursos necessários para solucionar o problema – neste caso, o já substancial dano ambiental causados pela mina e o risco de agravamento desse dano caso a operação da mina prosiga sem a implementação de métodos menos prejudiciais de descarte dos rejeitos e resíduos da mineração.

Em 1999, a Ok Tedi Mining divulgou os resultados de estudos ambientais exigidos pelo acordo anterior, relatando que os efeitos da mina seriam “muito maiores e mais danosos do que o previsto” (OTML, 1999). O espectro de uma nova onda de críticas públicas forçou a empresa controladora, a BHP, a retornar a uma resposta de fase 3, na qual anunciou que o projeto “não era compatível com nossos valores ambientais” (Economist, 1999, p. 58). A pressão continuou aumentando quando o Banco Mundial, que havia apoiado financeiramente o projeto durante sua fase de construção, passou a defender o fechamento antecipado da mina (World Bank, 2000). Uma segunda ação judicial foi movida em 2000, acusando a empresa de violar o acordo firmado em 1996 ao não interromper a poluição dos rios Ok Tedi e Fly. A fusão da 52com a Billiton, em 2001, criou a maior empresa de mineração do mundo, que demonstrou interesse em resolver o litígio e pôr fim aos problemas associados à mina Ok Tedi (ver Gilbertson, 2002).

Quando os demais sócios do projeto, incluindo o governo da Papua-Nova Guiné, decidiram manter a operação da mina, a BHP Billiton articulou sua saída. Em troca de imunidade legal por impactos ambientais futuros, a empresa transferiu sua participação de 52% no projeto para um fundo fiduciário em Singapura, que se comprometeu a destinar sua parte dos lucros da mina a projetos de desenvolvimento na Papua-Nova Guiné.²⁶ A

²⁶ A empresa australiana de relações públicas contratada pela BHP Billiton para mitigar a publicidade negativa associada à sua saída da mina de Ok Tedi descreveu a vantagem estratégica de trabalhar em um ambiente no qual a

saída da BHP Billiton do projeto da mina Ok Tedi encerrou a ação judicial em curso nos tribunais australianos, resultando na perda de aproximadamente US\$ 1 bilhão em lucros durante os últimos anos de operação da mina. Essa perda de receita representou o custo de oportunidade para a BHP Billiton de continuar operando em outras localidades.

No entanto, para que as populações que vivem a jusante da mina possam se beneficiar de pagamentos adicionais de compensação e investimentos em desenvolvimento, a mina Ok Tedi precisa continuar operando – e, conseqüentemente, continuar poluindo os rios Ok Tedi e Fly. Estimativas recentes da empresa indicam que mais de 3.000 km² de floresta tropical serão afetados pela poluição da mina, e que os danos perdurarão por pelo menos 60 anos ao longo do rio Ok Tedi e por vários séculos em partes dos cursos médio e inferior do rio Fly (OTML, 2005, p. 12). As pessoas que vivem a jusante da mina não veem esperança de sobrevivência nesse ambiente degradado a não ser que aceitem os benefícios econômicos prometidos pela mineradora (Kirsch, 2007). Elas se resignaram ao seu destino, o que significa que sua aceitação da compensação as implica em uma destruição ambiental continuada, compromete a vida de suas futuras gerações e aprofunda sua dependência em relação ao empreendimento responsável por esses problemas (Kirsch, 2008). A mina Ok Tedi é um “cálice envenenado” – uma metáfora apropriada para o capitalismo em uma era marcada pela política da resignação.

Para a BHP Billiton, livrar-se da mina Ok Tedi foi um processo de purificação. A alienação de projetos problemáticos tornou-se uma estratégia comum da indústria mineradora, como no caso da Placer Dome, que se desfez de seus interesses na desastrosa mina Marcopper, nas Filipinas, após o despejo acidental de mais de 20 milhões de toneladas de rejeitos nas águas locais (Coumans; Nettleton, 2002). Ao cortar sua ligação com a problemática mina Ok Tedi, a BHP Billiton reposicionou-se estrategicamente na fase 2 da resposta corporativa, na qual o reconhecimento da existência de problemas é acompanhado

"complexidade das questões significava que poucos críticos estavam preparados para fornecer conteúdo à mídia" (Offor Sharp, 2006).

pela garantia de que a empresa está empenhada em superá-los. Durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2002 na África do Sul, o CEO da BHP Billiton declarou que a empresa havia aprendido lições importantes com sua experiência na mina Ok Tedi e prometeu que “não investiria mais em nenhum novo projeto de mineração que utilizasse descarte de rejeitos em rios” (Gilbertson, 2002). Ao retornar à fase 2, a BHP Billiton protegeu suas operações de formas de crítica potencialmente destabilizadoras. Como sugere a perda de uma receita bilionária, os custos de uma resposta corporativa de fase 3 à crítica podem ser substanciais.

O processo judicial envolvendo a mina Ok Tedi e vários outros conflitos de grande repercussão entre empresas mineradoras e comunidades indígenas, ocorridos por volta do mesmo período, podem ser interpretados como pontos de inflexão na relação mais ampla entre a indústria da mineração e o público (Ballard; Banks, 2003). Western Mining e a Placer Dome responderam à “crise de confiança” (Danielson, 2006, p. 7) geral na indústria de mineração produzindo uma literatura que redefine a mineração como uma forma de “desenvolvimento sustentável”, argumentando que as receitas dos projetos de mineração podem ser usadas para criar oportunidades de negócios que gerem empregos e renda mesmo após o fechamento do projeto (Danielson, 2002). Contudo, o uso do termo “sustentabilidade” pela indústria mineradora ignora completamente a referência original do conceito ao meio ambiente. Para essa indústria, sustentabilidade é um conceito puramente econômico, embora transmita de forma enganosa uma sensação de responsabilidade ambiental.

A indústria de mineração estabeleceu posteriormente uma nova organização para representar seus interesses, o International Council on Mining and Metals (ICMM), e patrocinou um projeto de pesquisa no valor de US\$10 milhões para analisar os problemas enfrentados pelo setor (Danielson, 2002). Essas instituições mantêm a indústria em uma resposta de fase 2, permitindo-lhe gerir melhor os debates públicos sobre mineração. Em contraste com a situação da Philip Morris, que foi obrigada a reconhecer que não existe cigarro seguro, a indústria de mineração tem se disposto a admitir os danos causados

apenas caso a caso, projeto por projeto. A retórica da mineração sustentável ajuda a encobrir os verdadeiros impactos ambientais da indústria e a impedir o surgimento de formas mais rigorosas de regulamentação governamental (Szablowski, 2007). As reivindicações da indústria sobre responsabilidade ambiental também geraram capital simbólico na forma de alianças estratégicas com várias das maiores e mais influentes ONGs ambientais, incluindo o World Wide Fund for Nature (WWF) e a International Union for the Conservation of Nature (IUCN).

A indústria de mineração também buscou capital simbólico por meio de alianças com a academia. Apesar de sua responsabilidade pelo desastre ambiental na mina Ok Tedi, a BHP Billiton foi recentemente nomeada para o conselho externo de consultores do Graham Environmental Sustainability Institute, na Universidade de Michigan. Quando o *Chronicle of Higher Education* reportou esses acontecimentos, o diretor interino do instituto, um professor de administração de empresas, defendeu os critérios que embasaram a escolha da BHP Billiton nos seguintes termos:

Não existe empresa pura por aí... Não tenho razão para duvidar de que essa empresa realmente ferrou muita gente, assim como praticamente toda empresa é “injusta com as pessoas” em algum momento... Essas organizações fazem parte do problema, e também fazem parte da solução. (Brian Talbot, citado por Blumenstyk, 2007)

Esses comentários expressam o que se poderia chamar de resignação pragmática. No entanto, tais estratégias de acomodação requerem uma análise mais precisa de como elas beneficiam as corporações. Instituições como o novo Centro de Sustentabilidade Ambiental da Universidade de Michigan funcionam como refúgios seguros para corporações que buscam institucionalizar a política da fase 2. Ao colaborar com essas instituições, as empresas podem ser vistas como respondendo às preocupações da sociedade ao mesmo tempo em que atuam para limitar a responsabilização efetiva e influenciar o debate público de maneira favorável à sustentabilidade de seus lucros, e não a proteção do meio ambiente e da vida humana.

É especialmente revelador observar como a política da resignação afeta, simultaneamente, pessoas das florestas tropicais da Papua-Nova Guiné e integrantes de um dos mais prestigiados programas de administração de empresas dos Estados Unidos. Pessoas que, normalmente, ocupariam posições estruturais completamente distintas em relação ao capital multinacional – povos indígenas e professores de administração – encontram-se resignadas aos danos corporativos, mesmo quando os criticam, como no caso dos habitantes a jusante da mina Ok Tedi, ou quando pretendem reformular o capitalismo corporativo em uma versão mais “verde”, como no caso do instituto de sustentabilidade ambiental. No entanto, há uma diferença essencial entre essas duas posições: após anos de oposição política, os afetados pela mina estão, em grande medida, resignados ao dano causado pela BHP Billiton, porque já é tarde demais para salvar o rio e as florestas ao redor. Em contraste, o professor demonstra resignação diante dos danos causados pela BHP Billitone de forma mais ampla, diante dos danos inerentes à atuação de todas as corporações; e só consegue conceber a possibilidade de mudar o status quo por meio de uma relação de colaboração com a empresa mineradora. Ambas as posições são fortemente condicionadas pela política da resignação.

Conclusão

A característica definidora do capitalismo contemporâneo é a resposta corporativa à crítica. O capital administra a crítica de tal forma que o reconhecimento do dano e o descontentamento em relação a ele são convertidos em estruturas de sentimento que promovem o cinismo quanto à possibilidade de transformar as estruturas sociais, fazendo da resignação o modo dominante de ação política. As indústrias conseguem sistematicamente gerenciar crises, processos judiciais que ameaçam sua capacidade de continuar operando e a mobilização de seus opositores ao reconhecer estrategicamente certo grau de risco, estabelecendo parcerias com governos ou ONGs e cooptando a linguagem

da crítica. Mesmo um dos movimentos sociais definidores de nossa época, a resposta à crise ambiental contemporânea, foi convertido em uma oportunidade de ganhar mais dinheiro.²⁷ O movimento ambientalista foi ressignificado como uma forma de consumo verde que não apenas se acomoda ao capitalismo corporativo, mas que o beneficia substancialmente.²⁸ Embora o consumo verde permita que os sujeitos façam exigências específicas às corporações e manifestem descontentamento por meio de práticas de consumo, tais atividades ocorrem, em geral, à custa de uma reflexão mais ampla sobre a responsabilidade estrutural da indústria pela situação ambiental atual.²⁹ A fonte do descontentamento popular presente no cotidiano – o que aqui chamamos de política da resignação – talvez não seja o reconhecimento de que o capitalismo opera como um cassino que amplia cada vez mais as desigualdades entre vencedores e perdedores, mas, sim, a sensação difusa de que nenhuma forma de crítica tem efeito. No entanto, a recente crise em Wall Street – que pode muito bem ter sido o último prego no caixão do neoliberalismo – mostra, mais uma vez, que o capitalismo semeia as sementes de sua própria ruína.

Em um período anterior, Stuart Hall (1986) propôs uma forma de crítica que ele chamou de marxismo “sem garantias”. Hall estava profundamente comprometido com um problema clássico do marxismo: como ideias sociais surgem e se tornam influentes, e como se relacionam com estruturas de produção material – em suma, o problema da ideologia. Mas Hall também buscava ultrapassar os aspectos deterministas da crítica marxista. Ao utilizar o termo “sem garantias”, Hall enfatizava que o poder hegemônico dos

²⁷ Como observa Beck (1992, p. 46), “os riscos não são mais o lado sombrio das oportunidades, eles também são oportunidades de mercado”.

²⁸ Um membro do establishment ambiental descreve o consumismo verde como uma mudança fundamental na forma como o capital opera, de uma era de regulamentação legislativa para uma era de regulamentação do consumidor, embora ele simultaneamente mitifique a primeira e valorize e simplifique a segunda: “Antigamente, o modelo era simples: o governo regulamentava, as empresas obedeciam. Agora há várias pressões das partes interessadas sobre a corporação. Elas abrem uma gama de melhores resultados além da simples conformidade, incluindo menos problemas que exigem regulamentação, novos produtos para mercados de sustentabilidade e melhor comportamento corporativo em arenas políticas e de políticas” (Speth, 2008, p. 176).

²⁹ Nessa linha, Foster (2008, p. 236) questiona: “Pode haver uma política do consumidor que comece pelas relações sociais, em vez de indivíduos isolados, e que defenda a cooperação mútua e o cuidado, em vez da liberdade de escolha?” Ele sugere que o “objetivo de uma política do conhecimento centrada no produto” deve ser estabelecer uma espécie de ética do cuidado entre “colegas participantes de uma economia moral geograficamente distante, mas compartilhada”.

sistemas sociais não garante sua estabilidade. Assim como nosso foco sobre o capitalismo realmente existente, Hall estimulava os estudiosos a abordar o funcionamento concreto dos processos e estruturas econômicas. Essa perspectiva oferece um “horizonte aberto” de teorização crítica, um reconhecimento honesto da força dominante das estruturas sociais, mas sem o fatalismo (ou resignação) da imutabilidade (Hall, 1986, p. 43). A abordagem de Hall conduz a uma política pragmática que difere do pragmatismo resignado, o qual pode beneficiar as corporações: trata-se de proibir, em vez de regulamentar os produtos comerciais de tabaco; de se opor, em vez de colaborar com empresas mineadoras. Sua insistência de que a luta política e o descontentamento estão presentes até mesmo na ordem social mais estável é um antídoto importante contra o cinismo ativamente promovido pelas respostas corporativas à crítica.

Inspirando-nos em Hall, propomos uma abordagem que poderíamos chamar de uma antropologia do capitalismo sem garantias. Por essa expressão, queremos dizer que as transições entre as fases da resposta corporativa à crítica que descrevemos aqui estão longe de serem garantidas ou certas. A análise de como as corporações se mobilizam para alcançar legitimidade e conter responsabilidades revela um certo grau de vulnerabilidade e contingência que pode ser contestado.³⁰ O acompanhamento das respostas corporativas à crítica evidencia oportunidades estratégicas para responsabilizar as empresas, mobilizar o descontentamento político frente à evasão de responsabilidade corporativa e estabelecer novos critérios de legitimidade. Nosso enfoque na dialética entre produção capitalista e a crítica social também complementa tanto a ênfase marxista tradicional na produção e na alienação quanto a atenção antropológica aos vínculos entre produção e consumo. Isso nos permite articular diferentes escolas de pensamento – aquelas centradas na materialidade da produção e aquelas voltadas para as dimensões culturais da economia – em novos debates sobre o capitalismo realmente existente.

³⁰ A atual crise financeira pode ainda ser um ponto de inflexão para uma reflexão crítica sobre a motivação pelo lucro, o neoliberalismo e a desregulamentação do mercado. No entanto, as empresas inevitavelmente se envolverão com quaisquer formas de crítica que surgirem da crise, e essa interação, e não as ações governamentais ou as críticas populistas aos sistemas financeiros, acabará por definir os resultados estruturais.

Uma antropologia do capitalismo sem garantias também reconhece que a academia já não ocupa uma posição privilegiada em relação à crítica. Nas últimas décadas, o capital se mostrou surpreendentemente hábil em se apropriar e se adaptar às perspectivas críticas que emergem da pesquisa acadêmica. O capital agora avança por meio de muitas das mesmas estratégias analíticas que antes definiam a academia e a diferenciavam. Bruno Latour (2004) identificou um problema semelhante na relação entre crítica e ciência. Ao desnaturalizar os pressupostos da ciência e mostrar como o conhecimento científico é construído, a sociologia da ciência inadvertidamente questionou a noção de que há verdades sobre o mundo que podemos compreender progressivamente. O capitalismo pode se beneficiar de tais desafios ao positivismo, como se vê na proliferação artificial de dúvidas em torno do aquecimento global, que serve para legitimar a inação governamental. Enquanto o aquecimento global for apresentado como controverso, empresas de petróleo e fabricantes de automóveis não precisam mudar suas práticas. A resposta de Latour ao sequestro da crítica é propor a criação de novas estruturas sociais e institucionais, em vez de simplesmente desmontar, examinar ou desconstruir as estruturas existentes. Ele escreve: “O crítico é... aquele que reúne [...],... aquele que oferece aos participantes arenas onde se encontrar” (Latour, 2004, p. 246). O trabalho acadêmico pode oferecer aos movimentos sociais uma compreensão mais aprofundada do que estão enfrentando, tanto em relação às respostas corporativas à crítica quanto os “efeitos corporativos” da resignação política na sociedade em geral. Como as estratégias corporativas estão em constante movimento e como as corporações se apropriam ativamente das táticas de oposição, não podemos especificar quais estratégias de *advocacy* e oposição serão mais eficazes. No entanto, compreender como o poder corporativo opera constitui um ponto de partida promissor para o engajamento político

Ao focarmos nas estratégias corporativas, também reorientamos nossa análise do sofrimento para o dano. Um dos pilares da perspectiva da violência estrutural é a ocultação intencional do agente específico responsável pelo dano, em favor de uma abordagem que socializa o sofrimento a tal ponto que toda uma estrutura social ou trajetória histó-

rica passa a ser vista como agente responsável (Farmer, 2004). Essa abordagem constitui um contraponto útil às abordagens éticas que tendem a atribuir louvor ou culpa a indivíduos por problemas sociais, de saúde ou ambientais. Como sugerimos, a ideologia da responsabilidade individual há muito beneficia a indústria do tabaco e outras indústrias do dano. A perspectiva da violência estrutural, contudo, atenua o papel das corporações específicas como agentes produtores de riscos à saúde, desigualdades e danos ambientais. Muito mais do que a noção de sofrimento, o termo dano capta a qualidade agente dos impactos que as corporações exercem sobre populações e ambientes. A atenção ao dano também se mostra mais compatível com uma política que busca reparar os problemas causados pela indústria, pois evidencia como determinados agentes têm procurado escapar da responsabilização. A consciência histórica sobre as origens profundas dos problemas sociais é valiosa (Farmer, 2004), mas também o é uma perspectiva que não vê os resultados como historicamente garantidos, por mais poderosas que sejam as forças de longo prazo. Nossa abordagem enfatiza a possibilidade de mudança ao revelar momentos de vulnerabilidade em que as corporações tentam ocultar seus interesses estratégicos nas respostas que oferecem à crítica.

Em meio à política da resignação, precisamos de um novo ponto de partida. Como desfazer os braços cruzados do cinismo? Sugerimos que uma resposta pode ser encontrada em uma crítica do capital que enfatize a evasão da responsabilidade ética da indústria pelos danos causados aos seres humanos e ao meio ambiente. Em um mundo em que as empresas gerenciam a crítica de forma tão eficaz, talvez não seja suficiente fornecer informações adicionais sobre os danos industriais. O projeto de transformação das estruturas sociais requer novas ferramentas analíticas, como o modelo de resposta corporativa à crítica que apresentamos aqui, o qual demonstra que o dano não é inevitável, embora seja uma parte fundamental do funcionamento do capital na atualidade. Concentrar-se em problemas e respostas circunscritos – por exemplo, apenas o tabaco ou apenas a mineração – ignorando as estratégias intersetoriais que tornam esses problemas aparentemente insolúveis e fazem com que soluções limitadas pareçam aceitáveis é o

tipo de política que as corporações desejam, justamente porque são altamente hábeis em manejá-la. Mostrar como a resignação política é produzida e funciona cria uma oportunidade para que as pessoas repensem sua relação com o capital e adotem novas estruturas de sentimento. Compreender como as corporações produzem danos e administram a crítica pode transformar a resignação em uma força política mais positiva. A falha em explicitar como as corporações gerenciam a crítica resulta em uma antropologia sem atrito, sem ancoragem, sem tração e, mais importante, sem a gravidade necessária para explicar como a celebração do capitalismo vitorioso ignora os danos que ele causa.

Agradecimentos

Este artigo foi escrito enquanto éramos bolsistas de pós-doutorado no Programa de Estudos Agrários da Universidade Yale e se beneficiou de muitas discussões estimulantes com James C. Scott, K. Sivaramakrishnan e os demais bolsistas do programa, embora assumamos plena responsabilidade pelos argumentos aqui apresentados. Agradecemos aos oito pareceristas anônimos e ao editor da *Current Anthropology* por seus comentários perspicazes, a Kedron Thomas por suas sugestões construtivas e a Will Benson pela pergunta que motivou este projeto.

Comentários

Jedrzej George Frynas – Middlesex University Business School, The Burroughs, Londres NW4 4BT, United Kingdom (g.frynas@mdx.ac.uk) 3 de dezembro de 2009.

O artigo de Benson e Kirsch analisa as respostas corporativas às críticas com base em evidências empíricas sólidas. Os autores direcionam nossa atenção para o papel das

empresas na criação de sérios problemas sociais e ambientais, mas a pesquisa vai além de grande parte da literatura existente ao vincular as ações corporativas visíveis às estruturas políticas e sociais subjacentes. A literatura atual sobre responsabilidade social corporativa (RSC) e as próprias empresas tendem a retratar a RSC como apolítica. Benson e Kirsch demonstram que, mesmo iniciativas corporativas de sustentabilidade ou responsabilidade social que aparentam ser benignas possuem uma agenda política mais ampla. Concordando-se ou não com a análise sobre “a política da resignação”, Benson e Kirsch acertadamente apontam o perigo de que o discurso corporativo em torno de iniciativas de RSC em nível micro possa restringir tanto a regulamentação governamental quanto os debates sobre soluções macro para problemas complexos que afetam toda a sociedade.

Para contextualizar, o investimento privado tornou-se extremamente importante para muitos países em desenvolvimento e comunidades pobres. Segundo consta, o investimento estrangeiro direto supera a ajuda oficial ao desenvolvimento em um fator de três. As corporações são frequentemente bem-vindas como fontes de empregos, investimentos e arrecadação de impostos. Por exemplo, em 2008, a BHP Billiton pagou quase 8 bilhões de dólares em impostos e royalties a governos e quase 24 bilhões de dólares a contratados e fornecedores. Portanto, o estudo das corporações não é apenas de interesse acadêmico, mas de imensa importância para comunidades, países e para toda a comunidade internacional.

Uma contribuição importante do artigo é revisar as contribuições existentes e potenciais da antropologia para o estudo das corporações e da ordem econômica global. A revisão da literatura feita por Benson e Kirsch demonstra que muitos estudos interessantes já foram conduzidos sobre empresas específicas, processos de consumo ou “violência estrutural”. Mais importante ainda, os autores demonstram que a antropologia ainda tem muito a oferecer.

O foco do artigo nas “indústrias do dano” é metodologicamente útil no sentido de delimitar com clareza os contornos da investigação, mas também introduz um viés me-

todológico. As indústrias do tabaco e da mineração são, sem dúvida, algumas das mais nocivas. Fica a dúvida de como essa análise se apresentaria para setores com impactos mais ambíguos, como o processamento de alimentos ou a eletrônica. Em outro extremo, a antropologia também poderia igualmente contribuir para o estudo do empreendedorismo social – empresas criadas com um propósito social específico (como a Fairtrade Foundation). Em vez de focar no dano desde o início, seria mais útil compreender em que circunstâncias as empresas podem produzir diferentes tipos de impactos.

Os estudos de caso apresentados no artigo e o uso do conceito das “três fases de resposta corporativa” conduzem à suposição equivocada de que os executivos corporativos são sempre cínicos ao se envolverem com causas sociais, e de que as ações corporativas são sempre uma reação a pressões sociais e políticas externas ou a “crises”. Estudos anteriores sugerem que as empresas podem igualmente adotar causas sociais em resposta a pressões internas (iniciativas sociais e ambientais utilizadas para motivar funcionários), por um processo de osmose (práticas sociais e ambientais tornam-se institucionalizadas e amplamente aceitas como normas dentro de um país, setor ou área temática específica), ou ainda por um desejo genuíno de “fazer a coisa certa”. Benson e Kirsch fazem certas suposições sobre as motivações corporativas, mas não parecem particularmente interessados em investigar os processos internos de tomada de decisão entre os executivos. Embora seja importante estudar as comunidades locais afetadas pelas corporações, os antropólogos poderiam também desempenhar um papel de destaque no estudo das motivações dos executivos corporativos e das normas prevalentes nas comunidades empresariais.

Quaisquer que sejam as limitações deste artigo, Benson e Kirsch acertadamente destacam a importância de trazer as corporações para o centro da pesquisa antropológica. Se quisermos entender o mundo moderno, as corporações precisam ser tratadas como sujeitos etnográficos relevantes.

Chris Hann Max Planck Institute of Social Anthropology, Postfach 110351, 06017 Halle/Saale, Alemanha (hann@eth.mpg.de) 29 de dezembro de 2009.

Seria difícil exagerar a importância das corporações capitalistas no mundo contemporâneo. Por que “uma das formas de poder mais influentes de nosso tempo” atraiu relativamente pouca atenção antropológica, especialmente em comparação com o Estado? Além de apresentarem casos empíricos impressionantes, as diversas teorias discutidas por Benson e Kirsch estimulam reflexões sobre a natureza da nossa disciplina e suas subdivisões, bem como sobre a economia política global. Os autores defendem que se vá além da “governamentalidade”, que se revigorem abordagens materialistas, que se privilegie o conceito de dano em vez do de sofrimento, e que se estabeleçam vínculos causais com corporações específicas, em vez de fazer afirmações genéricas sobre “violência estrutural”. Tudo isso é muito atrativo e convincente, mas também tenho algumas críticas.

Primeiramente (refletindo meus próprios interesses), me chamou atenção a referência ocasional dos autores ao mundo do socialismo soviético, como um contraponto ao foco na “resignação” dos sujeitos capitalistas. Eles citam o conceito de Bahro, dos anos 1970, e o estudo recente de Yurchak sobre o período socialista tardio. De fato, os cidadãos da RDA (Alemanha Oriental) e da URSS enfrentavam detentores de poder com aspirações muito mais abrangentes do que as de qualquer corporação capitalista. Estariam eles igualmente paralisados por uma “estrutura dominante de sentimento”? Se sim, como explicar as ações corajosas de certos grupos nos anos da perestroika e na RDA em 1989? Que novas formas de resignação podem ser encontradas nesses países hoje? Em 2008, Barack Obama foi eleito para suceder a George W. Bush, assim como Mikhail Gorbachev e depois Boris Yeltsin substituíram a velha guarda no Kremlin. Não houve revolução em Washington, mas a política eleitoral normal trouxe uma mudança de clima, especialmente em relação ao setor financeiro. Apesar de toda a ênfase final dos autores de que a resignação pode conter novas forças de agência, me parece que Benson e Kirsch oferecem uma leitura excessivamente pessimista, no estilo pré-perestroika.

Mas, claro, Obama mal tocou no funcionamento das corporações capitalistas, foco deste artigo. Aqui tenho diversas críticas mais específicas. Os problemas específicos dos dependentes de nicotina podem realmente ser equiparados às queixas dos grupos indígenas na Papua-Nova Guiné? Até que ponto esses dois setores da “indústria do dano” podem representar as corporações capitalistas em geral? Haveria espaço, em sua “antropologia do capitalismo”, para a análise, por exemplo, da The Body Shop ou da Reed Elsevier? A tipologia que os autores elaboram sobre as respostas corporativas às críticas parece admirável, mas senti falta de uma tentativa de investigar a agência dentro da própria corporação. Quem são os atores? Sabemos, não apenas pela sociologia e pelos estudos de administração, mas também por um gênero consolidado da “antropologia organizacional”, que as empresas capitalistas se assemelham a outras organizações por serem caracterizadas por tensões e conflitos em múltiplos níveis. Alguns empregados (ou “stakeholders”) provavelmente têm uma bússola moral não tão distante da de Benson e Kirsch. Em que circunstâncias eles também sucumbem à resignação? Os autores defendem trabalho de campo multissituado e análise textual – e isso é o que oferecem no artigo —, mas acredito que uma ênfase mais forte na etnografia corporativa deva permanecer como marca distintiva de uma abordagem antropológica.

Por fim, me intriga o fato de os autores considerarem seu artigo uma contribuição à revitalização da antropologia econômica. Em termos das atuais linhas de demarcação da disciplina, os situaria mais como buscando expandir o domínio das abordagens foucaultianas modificadas, que se tornaram dominantes dentro da antropologia política. Ademais, a antropologia econômica não desapareceu nas décadas em que autores como Žižek, Hall, Latour e Deleuze exerceram tanta influência na antropologia anglófona. Por exemplo, existe um paradigma agressivo de data semelhante, conhecido como “novo institucionalismo”, que afirma ter muito a dizer sobre como funcionam as corporações capitalistas. Infelizmente, o faz recorrendo a noções como “escolha racional” e “evolução”. Benson e Kirsch tiveram diversas oportunidades de dialogar com essas teorias – por exemplo, ao se referirem à internalização de externalidades e aos jogos de ponto de

inflexão –, mas se abstiveram de fazê-lo. Acho isso uma pena, pois as questões de poder e dominação levantadas neste artigo são, de fato, importantes para qualquer antropologia econômica contemporânea imaginável, inclusive para a etnografia organizacional. Em última instância, uma economia política revitalizada teria de transcender a fronteira entre o político e o econômico, englobando tanto os Estados quanto as corporações. Essa síntese deveria ir além da crítica radical ao capitalismo (*Kapitalismuskritik*) rumo a uma refutação intelectual de estudiosos contemporâneos (inclusive ganhadores recentes do Prêmio Nobel) que merecem ser levados tão a sério quanto os marxistas ocidentais que inspiram grande parte deste artigo.

Os antropólogos econômicos devem então aceitar com resignação a afirmação dos autores de que “a característica definidora do capitalismo contemporâneo é a resposta corporativa à crítica”? Ou podemos fazer mais? Minha resposta é: “Sim, nós podemos!”.

Gustavo Lins Ribeiro – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal 70910-900, Brasil (gustavor@unb.br). 5 de janeiro de 2010.

Esta é uma contribuição bem-vinda à antropologia crítica marxista contemporânea. O modelo de resposta corporativa à crítica é particularmente útil. No entanto, há diversas questões que precisam ser levantadas. Passo a elas de imediato, não porque não reconheça as muitas qualidades do artigo, mas por falta de espaço.

O artigo apresenta uma característica estilística bastante comum: é escrito como se “antropologia” significasse, de fato, apenas a antropologia do Atlântico Norte. A revisão e crítica da antropologia feita por Benson e Kirsch expressa a produção, as posições e as perspectivas dos centros hegemônicos da disciplina, como se não houvesse comunidades acadêmicas em outras partes do mundo pesquisando e publicando sobre questões relacionadas. O uso do termo não marcado “antropologia”, em vez de “antropologia americana”, por autores que, presumo, são simpáticos ao projeto de antropologias mundiais (ver Ribeiro e Escobar 2006), é um sinal de que a luta por abrir o discurso antropo-

lógico a um conjunto muito mais amplo e diverso de autores e perspectivas ainda tem um longo caminho a percorrer.

O argumento seguinte deriva parcialmente do anterior. A suposição de que a “política da resignação” é uma “estrutura de sentimento dominante em nosso tempo” é problemática. Sem entrar em detalhes, posso dizer que a política da resignação não é uma estrutura dominante, por exemplo, na Bolívia, no Equador ou na Venezuela. Ademais, a ênfase na política da resignação pode reduzir a atenção dedicada a movimentos de oposição e resistência que moldam políticas públicas, como o movimento indígena nos países andinos e o movimento dos sem-terra no Brasil, ou agentes políticos transnacionais alternativos, como aqueles envolvidos nos movimentos anti e alterglobalização (Ribeiro, 2009). Em termos teóricos, estender em demasia a capilaridade da política da resignação pode aproximá-la de noções como hegemonia. Isso me leva a pensar que não se prestou atenção ao conceito de hegemonia e senso comum de Gramsci, desenvolvido para lidar com questões semelhantes.

Algumas passagens supervalorizam aquilo que seriam contribuições inéditas e subestimam esforços anteriores, enquanto outras simplificam a literatura existente. A revisão da antropologia do capitalismo, mesmo que dedicada a algumas das abordagens mais “populares e influentes” sobre o tema, é um exemplo disso. O marxismo na antropologia internacional – em áreas como a antropologia do trabalho, a antropologia da globalização e a antropologia econômica – produziu muito mais críticas do que os autores reconhecem. Senti falta, por exemplo, de um engajamento mais forte com a crítica antropológica ao desenvolvimento. Como sabemos, o “desenvolvimento” – nome fantasioso da expansão capitalista – foi causa de danos para milhões de pessoas nas últimas cinco ou seis décadas (ver, por exemplo, Escobar, 1995). Um problema relacionado é que a interpretação do livro de Wolf (1982) como focado em “rupturas” é discutível. Trata-se explicitamente de uma obra sobre interconexões. Além disso, a suposição de que os ajustes estruturais “foram acompanhados por transformações na experiência subjetiva e na natureza da cidadania” exageram o poder das políticas econômicas de determinar subjeti-

vidades, reflete premissas inquestionadas e na moda na antropologia norte-americana, e precisa ser relativizada, pois dificilmente pode ser considerada universal. O mesmo vale para afirmações como “a característica definidora do capitalismo contemporâneo é a resposta corporativa à crítica” ou a frase final que vincula o futuro da antropologia crítica à sua capacidade de “explicitar como as corporações lidam com a crítica”.

Benson e Kirsch reconhecem o chamado de Nader (1969) para estudar “de cima”, mas ainda assim o artigo transmite a impressão de que fazer trabalho de campo em escritórios corporativos é uma novidade. Ao mesmo tempo, eles apontam “riscos de cooperação, porque a tendência dos etnógrafos a empatizar e identificar-se com seus sujeitos pode limitar suas descobertas ou sua postura crítica”. Tendo eu mesmo feito trabalho de campo em escritórios corporativos algumas vezes – por exemplo, para entender as concepções e redes de agentes poderosos envolvidos em uma grande indústria do dano, a construção de barragens (Ribeiro, 1994), e para compreender a política cultural da meca do desenvolvimento, a sede do Banco Mundial em Washington (Ribeiro, 2002) – penso que o que está em jogo aqui são outras posturas éticas e políticas, raramente discutidas por antropólogos, mais do que uma espécie de empatia automática com os sujeitos que estudamos.

Por fim, gostaria de contribuir para uma definição mais ampla de indústria do dano, incluindo a indústria da engenharia civil e seus projetos de infraestrutura em larga escala. Nesse sentido, seria interessante observar a literatura antropológica sobre reassentamentos forçados e impactos ambientais e sociais, especialmente trabalhos escritos de forma independente em defesa das populações locais, nos quais se encontrará uma crítica tanto às corporações quanto às agências estatais e às relações entre elas. Gostaria também de sugerir a consideração da invenção e disseminação da “responsabilidade social” como uma das mais amplas e eficazes táticas corporativas para lidar com os críticos.

Erica Schoenberger – Departamento de Geografia e Engenharia Ambiental, Universidade Johns Hopkins, Baltimore, Maryland 21218, EUA (ericas@jhu.edu). 24 de dezembro de 2009.

Parece-me que há duas linhas adicionais de análise a serem incorporadas aqui, apesar da abordagem já multifacetada oferecida por Benson e Kirsch. A primeira é a competição, e a segunda é o lobby. Espero conectar as duas ao explorar antídotos à política da resignação.

Embora as pessoas geralmente se concentrem em produção, trabalho e classe nas análises marxistas, é a competição que move o sistema – tanto para Marx quanto para Darwin. A competição é o que força os capitalistas a investir sem considerar o mercado, é o que impele os banqueiros a conceder empréstimos onde não há justificativa para tanto, e é o que transforma decisões individualmente racionais em desastres coletivos. A competição também empurra pessoas bastante comuns para posições de grande poder para causar dano.

Marx tem muitas críticas aos capitalistas, mas sua análise não depende de que eles sejam pessoas más. Parte de sua genialidade está em mostrar que o sistema produz injustiça mesmo quando está funcionando bem. Além disso, ele reconhece que o sistema não produz apenas danos. A competição promove o dinamismo tecnológico e ganhos de produtividade enormes, que poderiam sustentar uma sociedade mais justa e sustentável.

A etnografia corporativa precisa captar como as corporações pensam, como elas elaboram suas estratégias e como entendem o terreno competitivo em que atuam. As pessoas que dirigem corporações têm histórias e identidades conectadas com quem são e com o que acreditam ser a natureza particular de sua empresa – e essas percepções moldam o que elas consideram ser um comportamento aceitável. A etnografia corporativa precisa acessar essas dinâmicas subjacentes e estar presente muito antes das decisões que resultam em dano serem tomadas. Essas decisões não são discretas, nem são votadas em salas de reunião – elas são produzidas ao longo de uma história longa e com-

plexa, e a partir de um conjunto intricado de relações e entendimentos. A etnografia corporativa é exatamente o que se precisa para desvendar esses emaranhados.

Se aceitarmos, no entanto, que mesmo cidadãos indignados não estão prestes a abolir o capitalismo tão cedo, precisamos enfrentar a questão de saber se é possível canalizar a competição de formas que reduzam a necessidade e a capacidade das corporações de causar danos. A regulamentação eficaz, em escala nacional e supranacional, é claramente parte da resposta – e é aí que entra a etnografia do lobby.

Suspeito que a política da resignação tem tanto a ver com a sensação de que as pessoas não têm voz política significativa quanto com a percepção de que as corporações são simplesmente inalcançáveis – mas trata-se de um tipo confuso de resignação. As pessoas meio que sabem que a política foi comprada e paga, mas também meio que acreditam que há ideologias de princípios envolvidas. Uma etnografia do lobby que acompanhasse os lobistas e seu dinheiro até os escritórios do Congresso, e mostrasse em detalhes como o dinheiro é absolutamente a única voz política que conta – e como isso é absolutamente generalizado – poderia fazer diferença. Poderia, por exemplo, levar ao financiamento público das campanhas políticas. Isso, por sua vez, poderia produzir as condições que permitissem uma regulamentação significativa do sistema – o tipo de regulamentação que inibisse a propensão ao comportamento nocivo e encorajasse a competição por bases mais desejáveis: reduzir custos não pela destruição de ambientes e uso de trabalho infantil, mas com base na inovação de produtos, qualidade e ativos reputacionais.

As corporações simplesmente se mudariam para outro lugar? Surpreendentemente, não. A maior parte do investimento estrangeiro direto em manufatura circula entre os países industrializados avançados, em vez de fluir destes para o Sul global. Estar no mercado importa de maneira extraordinária, e, havendo um conjunto razoavelmente equivalente de padrões regulatórios e custos – mesmo que apenas para América do Norte e União Europeia – não há grande incentivo para se deslocar. No setor de mineração, a geologia importa, de modo que as regulamentações teriam que ser estruturadas

para seguir as empresas, em vez de estarem atreladas a jurisdições específicas. O regime internacional de comércio teria que permitir a discriminação contra bens produzidos em condições inaceitáveis, não importando de onde venham. Não tenho ideia do que fazer com o tabaco.

O projeto de Benson e Kirsch de uma antropologia que desafie o sistema é admirável e inspirador. Talvez nunca possa ser plenamente realizado, mas pode funcionar como um poderoso princípio organizador da pesquisa e como ponte entre a academia e o “mundo real”. Acredito que esse projeto precisa ser mais amplo do que uma etnografia do dano corporativo e que pode exigir uma mudança na forma como uma agenda de pesquisa disciplinar – e possivelmente interdisciplinar – é desenvolvida e posta em prática. Seria necessário encontrar uma forma de conectar entre si as etnografias corporativas e também com a etnografia do lobby – e isso requer um modo de reunir pesquisadores em uma espécie de colaboração flexível, que não tem sido típica da antropologia. Aproveitando a ocasião, talvez devêssemos considerar também uma etnografia de economistas.

Ajantha Subramanian – Departamento de Antropologia, Universidade de Harvard, 384 William James Hall, 33 Kirkland Street, Cambridge, Massachusetts 02138, U.S.A. (subram@fas.harvard.edu). 13 de janeiro de 2010.

A última década tem testemunhado uma enxurrada de escritos antropológicos sobre o capitalismo do final do século XX e início do século XXI. Pesquisas importantes iluminaram a formação de sujeitos neoliberais, o esvaziamento da esfera pública e a adoção de funções estatais por parte do capital transnacional. Duas abordagens principais se destacam: a primeira equipara capitalismo a neoliberalismo (por exemplo, Ong, 2006; Rofel, 2007), caracterizado como uma condição epistêmica que gera práticas e sensibilidades; a segunda entende o capitalismo como uma formação político-econômica que impõe constrangimentos sociais (por exemplo, Ferguson 2006; Mbembe 2001). Enquanto a primeira se preocupa mais com a produção de sujeitos e sentimentos, a segunda foca em

mecanismos estruturais – mas ambas tratam o capitalismo como uma lógica sistêmica. Ambas representam um deslocamento da consideração de agentes e estratégias para um foco nas condições e efeitos.

O ensaio de Benson e Kirsch oferece um caminho promissor para o estudo antropológico do capitalismo contemporâneo que também representa um retorno aos agentes e estratégias. Segundo os autores, já é mais que hora de os antropólogos direcionarem sua lente crítica para esse veículo crucial da transformação capitalista – a corporação – que revela com clareza as manobras estratégicas e intencionais do capitalismo. Destacarei algumas intervenções importantes feitas no ensaio antes de apresentar algumas sugestões.

Em primeiro lugar, os autores defendem que se vá além da governamentalidade para considerar as “táticas autoritárias do poder corporativo” e as tensões entre Estado e capital que poderiam permitir a disciplina não apenas de cidadãos, mas também das corporações. Ao privilegiarem a coerção em relação à disciplina, eles ajudam a identificar os agentes do dano social e ambiental, bem como as colaborações que sustentam suas práticas.

Em segundo lugar, os autores propõem que se preste atenção à dialética entre produção capitalista e crítica social. Em vez de tratar a hegemonia capitalista como uma condição estável, eles iluminam as estratégias pelas quais as corporações gerenciam a opinião pública para assegurar seus lucros. Com base em sua pesquisa sobre o tabaco e a mineração, eles delineiam um modelo processual de resposta corporativa à crítica social e da vigilância necessária para evitar boicotes de consumidores e regulações governamentais prejudiciais aos negócios. O que temos é um retrato das manobras corporativas que reformula uma força sistêmica como um conjunto de relações sociais dinâmicas e põe em xeque a percepção do poder corporativo como absoluto e incontrolável.

Em terceiro lugar, os autores propõem uma produção acadêmica que ocupe o espaço intermediário entre abordagens estruturais e culturais do capitalismo. Seu foco na corporação como um agente institucional situado entre o sistema e o sujeito oferece um

caminho para isso. Ao nos ajudar a ver o trabalho cultural de gestão de imagem feito pelas corporações como um complemento necessário à violência estrutural da produção industrial, os autores argumentam por uma compreensão da cultura capitalista como produto arduamente conquistado da estratégia corporativa – e não como efeito automático da produção capitalista.

Tenho duas sugestões para fortalecer o projeto de etnografia corporativa dos autores. A primeira diz respeito ao tratamento da corporação como um ator unitário. Embora eu aprecie o foco na estratégia corporativa, fica-se com a impressão de que a corporação é uma unidade coesa de intenção e ação. Isso pode até ser verdade do ponto de vista jurídico, onde a corporação goza de personalidade legal, mas a etnografia requer outra abordagem. Aqui, eu sugeriria retomar os estudos sobre o Estado que advogam por sua desagregação (por exemplo, Abrams, 1988 [1977]; Gupta, 1995; Gupta; Ferguson, 2002; Mbembe, 1992; Mitchell, 1991; Nugent, 1997). Uma maneira de desagregar a corporação seria estender a dialética entre produção e crítica para incluir as relações internas. Em outras palavras, poderíamos iluminar essa dialética não apenas nos termos da relação entre a corporação e seus exteriores, mas também como algo intrínseco às relações entre trabalho, gestão e acionistas. Embora os autores abordem a crítica dos consumidores e a regulação estatal como reações ao lucro corporativo, seria possível recuar essa dinâmica para revelar contracorrentes desde o primeiro momento, como, por exemplo, a expropriação de terras. Aplicando o conceito de duplo movimento de Polanyi,³¹ veríamos essa reação como uma tentativa de reenraizar a corporação em cada ponto onde o poder é exercido. Tal ampliação da dialética exigiria a síntese entre pesquisas sobre a relação da corporação com terra e trabalho (por exemplo, Striffler 2002, 2005) ou sobre ações judiciais de acionistas, com estudos sobre a gestão da imagem corporativa.

³¹ Benson e Kirsch interpretam a noção de capitalismo vernacular como uma manifestação do duplo movimento de Polanyi. Para Polanyi, no entanto, o reenraizamento (*reembedding*) do mercado estava menos relacionado ao reconhecimento de sua especificidade cultural do que a um movimento de reação contra a desregulamentação capitalista. De modo semelhante, este ensaio parece, em última instância, tratar do re enraizamento da corporação — e não apenas de ver o capital como algo culturalmente particular.

Minha segunda sugestão diz respeito à noção de resignação. Os autores têm o cuidado de distinguir resignação de crença, recorrendo ao trabalho de Žižek para argumentar que a resignação é uma espécie de consentimento consciente. Eles ainda insistem que a resignação é inerentemente instável e pode se tornar a base de uma política transformadora. Quando combinada ao argumento de que a crítica social constitui um estado permanente de provocação que força a corporação a adotar uma postura reativa, a resignação parece ser mais um projeto de consolidação corporativa do que sua realização plena (Li, 2007). No entanto, há uma tensão no ensaio entre ver a resignação como uma política aberta e vê-la como uma estrutura epifenomênica de sentimento.

Benson e Kirsch interpretam a noção de capitalismo vernacular como uma manifestação do duplo movimento de Polanyi. Para Polanyi, no entanto, reenraizar o mercado tinha menos a ver com reconhecer sua especificidade cultural do que com um contramovimento à desregulação capitalista. Da mesma forma, este ensaio parece, em última instância, tratar de reenraizar a corporação – e não apenas de ver o capital como culturalmente específico.

Acredito que uma antropologia política da corporação seria mais frutífera se construída com base na primeira interpretação e mais coerente com o importante projeto de Benson e Kirsch. Trabalhos como o deles oferecem uma compreensão sofisticada da reestruturação capitalista que, esperamos, possa permitir o desenvolvimento de uma política de oposição mais robusta.

Resposta

Estamos satisfeitos que os comentaristas de nosso artigo apoiem o apelo por uma atenção mais cuidadosa às estratégias corporativas. Também reconhecemos e endossamos o desejo de identificar antídotos à resignação. No entanto, acreditamos que compreender por que os esforços para reformar práticas corporativas muitas vezes não al-

cançam seus objetivos – e por que mais pessoas não participam de movimentos sociais contra práticas corporativas nocivas – requer mais do que a análise de como as corporações influenciam os sistemas políticos. É necessário também analisar como as corporações influenciam a sociedade por meio do engajamento com críticos, campanhas de relações públicas e uso estratégico da ciência.³² Consequentemente, argumentamos que a relação dialética entre crítica e resposta corporativa é uma dinâmica fundamental do capitalismo contemporâneo.

Frynas levanta um ponto valioso ao afirmar que as corporações no movimento de responsabilidade social corporativa (RSC) geralmente representam sua atuação como apolítica. Vamos além, sugerindo que as corporações são “máquinas antipolíticas” (Ferguson, 1994). Os estudos de caso que apresentamos apenas arranham a superfície dos esforços corporativos para conter movimentos sociais e reduzir a interferência política. Considere, por exemplo, a reação amplamente documentada da indústria química ao livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson (1962). A ideia de que a sociedade civil deve ter voz em questões ambientais e de saúde fundamentais é central aos movimentos sociais que criticam as corporações. A indústria química e seus equivalentes agora reconhecem ter aprendido uma importante lição com Carson e com o movimento ambientalista, mas esse reconhecimento vem acompanhado da insistência de que tais lições já foram incorporadas em seus procedimentos operacionais, tornado, portanto, desnecessária qualquer contribuição contínua da sociedade civil (Hoffman, 1997). Um ingrediente central da antropologia do capitalismo deve ser a análise histórica e etnográfica das estratégias corporativas para transformar potenciais pontos de inflexão em marcos regulatórios ou programas de certificação que sustentem limites à responsabilidade corporativa e contenham a crítica.

³² Em outro lugar, descrevemos uma das técnicas pelas quais as empresas promovem a resignação, o oxímoro corporativo (Benson; Kirsch, 2010), como “cigarros seguros” (Benson, 2010) e “mineração sustentável” (Kirsch, 2010b). Os oxímoros corporativos promovem uma política de resignação ao sugerir que algum grau de dano corporativo é comum, aceitável e talvez até necessário.

Assim como nós, Schoenberger vê a regulação estatal como um possível freio ao dano corporativo. O estudo etnográfico do lobby nos ajudaria a compreender os limites, lacunas e fracassos passados do poder regulatório bem como as condições políticas que sustentam formas frágeis de regulação industrial. No entanto, também incentivamos uma abordagem histórica para compreender por que longas lutas sociais têm sido frequentemente necessárias para implementar regulamentações sobre riscos cientificamente conhecidos (Davis, 2002). No caso do tabaco, por exemplo, prevê-se um aumento de dez vezes na mortalidade relacionada ao tabaco em escala global, apesar de mais de 50 anos de sólida pesquisa epidemiológica documentando os efeitos letais do tabagismo.

Reconhecemos a observação de Frynas de que nosso foco em determinados exemplos de indústrias do dano influencia nossa análise. No entanto, é instrutivo observar mais de perto os exemplos que ele sugere como pontos de partida alternativos: as indústrias de processamento de alimentos e de eletrônicos de consumo. O crescimento explosivo da literatura que identifica os danos embutidos nos alimentos que consumimos sugere que a indústria alimentícia não é muito diferente das indústrias do tabaco e da mineração. Trabalhos recentes em antropologia médica abordam o impacto de dietas inadequadas sobre o aumento dos custos médicos e o fardo de doenças nos países desenvolvidos. Nesses exemplos, vemos também tentativas conhecidas por parte da indústria e do governo de transferir a responsabilidade pelo risco e pelo dano para os consumidores individuais (Nichter, 2008). No caso dos eletrônicos, há esforços encorajadores para melhor gerenciar os resíduos – notadamente o foco em designs que facilitam a reciclagem eventual –, mas a indústria ainda se baseia em um modelo financeiro de ciclos de substituição cada vez mais curtos. O número de celulares descartados – um produto de consumo de massa relativamente novo – já deve estar na casa dos bilhões. Além disso, os eletrônicos de consumo estão explicitamente ligados a alguns dos piores conflitos minerais, incluindo a extração de coltan em territórios sem lei na República Democrática do Congo. Os eletrônicos de consumo dependem de cadeias de fornecimento do tipo

“não pergunte, não conte”, nas quais os fazem vista grossa para a origem de suas matérias-primas.

Implícito na resposta de Frynas está o receio de que tenhamos uma generalização excessiva do conceito de “indústria do dano”. A visão de Adam Smith de que o mercado tende a promover o bem público, é desafiada pela impressionante variedade de mercadorias identificadas como nocivas: amianto, mamadeiras, automóveis, diamantes de zonas de conflito, linhas de transmissão elétrica, peixes contaminados por mercúrio, tintas com chumbo, leite com hormônios de crescimento, plásticos, protetor solar, produtos de tabaco etc. O volume de riscos à saúde e ao meio ambiente se aproxima do ponto da incapacidade de reação. Como cantou Joe Jackson: “Everything gives you cancer. There’s no cure, there’s no answer”.³³ Mas, como Subramanian aponta, a resignação diante da prevalência dos danos corporativos está longe de significar despolitização; na verdade, ela é o ponto de partida necessário para a crítica à corporação como disseminadora agressiva de visões utópicas – incluindo a alegação de que todo problema industrial possui uma solução técnica aceitável e acessível

Tanto Frynas quanto Ribeiro escrevem como se desenvolvimento e investimento estrangeiro direto fossem domínios distintos. No entanto, obras públicas estão sendo cada vez mais privatizadas, e muitos investimentos internacionais recebem apoio de agências estatais destinadas a fomentar o investimento em países em desenvolvimento e mercados emergentes, oferecendo garantias de empréstimo ou seguros contra riscos políticos, entre outros mecanismos. O Banco Mundial e outros bancos regionais fazem o mesmo. Essas agências desempenharam papéis importantes na promoção de reformas, incluindo restrições a impactos sociais e ambientais e exigências de transparência. No entanto, nos últimos anos, investidores têm desenvolvido estratégias para evitar essas restrições. Antes da recente crise econômica – e possivelmente contribuindo para ela —, inúmeros fundos de investimento buscaram obter vantagens econômicas ao contornar a supervisão regulatória de bancos de desenvolvimento e mercados financeiros. Um fe-

³³ Da música “Cancer”, do álbum *Night and Day* (1982).

nômeno relacionado é a ascensão do capital estatal, ou fundos soberanos nacionais, mais notavelmente os da China, que nem sempre seguem as diretrizes impostas pelas bolsas de valores ou bancos. Uma geração de trabalho reformista que levou ao aumento da regulação internacional está agora ameaçada por essas novas estratégias de investimento.

Embora estejamos defendendo uma maior atenção etnográfica às estratégias corporativas (e não apenas mais etnografia sobre corporações), estudar as dinâmicas internas das corporações só aumenta a compreensão sobre o poder corporativo. Endossamos a sugestão de Subramanian de recorrer à literatura sobre o Estado que enfatiza a desagregação e, conseqüentemente, reconhecemos a necessidade de mapear as relações entre trabalho, gestão e acionistas. Essas relações podem ser bastante complexas. Por exemplo, a TIAA-CREF – empresa que administra os fundos de aposentadoria de muitos acadêmicos nos EUA – opera um fundo de “responsabilidade social” que seus próprios gestores agora usam para desencorajar o ativismo de acionistas. O argumento é que, se alguém discorda de certas empresas nas quais a TIAA-CREF investe, pode aplicar recursos em fundos de escolha social. Assim, uma iniciativa de acionistas para forçar a TIAA-CREF a se desfazer de suas ações na Freeport-McMoRan – empresa que opera o projeto mineiro Grasberg, na Papua Ocidental, Indonésia, amplamente criticado por seus impactos ambientais e apoio financeiro às forças armadas indonésias (Kirsch, 2010a) – foi recusada pela administração da TIAA-CREF.

Schoenberger aponta com precisão que as decisões corporativas mais importantes não são votadas em reuniões de diretoria, mas resultam de longas e complexas negociações e relações. Frynas faz uma observação semelhante sobre a agência dos funcionários corporativos, destacando que, embora possam favorecer práticas ambientais mais responsáveis, muitas vezes estão à mercê de decisões executivas orientadas por metas de lucro e objetivos de responsabilidade limitada. De fato, argumentamos que a existência de diferenciação interna na corporação não implica necessariamente diferenciação externa em termos de resultados. Boas intenções podem não ser suficientes. Um elemento chave aqui é a cultura corporativa, que tem sido mais estudada por não antropó-

logos interessados em temas como criatividade no design de novos produtos ou nos padrões organizacionais de comunicação. O que ainda não foi examinado com o mesmo rigor, como sugere Schoenberger, é como culturas corporativas permitem ou facilitam o dano. Vemos a cultura corporativa como um espaço crucial onde o capitalismo é reafirmado em várias formas – incluindo o valor da responsabilidade social como uma espécie de movimento social disfarçado e uma forma de política identitária.

Reconhecemos a preocupação de que nosso ensaio possa soar excessivamente cínico quanto às motivações dos funcionários corporativos. No entanto, acreditamos que precisamos de avaliações mais honestas sobre o que as corporações querem e as estratégias que usam para alcançar esses objetivos. Se isso implica os que trabalham nelas, é porque, como a maioria de seus contemporâneos, os funcionários corporativos são obrigados a vender sua força de trabalho em condições de restrição – e não como agentes livres que possam expressar dissenso e promover mudanças a todo instante. Para dizer de forma mais incisiva: não nos interessam as motivações, mas sim as consequências e os resultados. Estamos preocupados com os modos pelos quais as corporações disciplinam ideias e empregados – e, nesse sentido, nos parece extremamente pertinente a pergunta de Hann sobre as circunstâncias sob as quais os trabalhadores corporativos sucumbem à resignação. Também sugerimos a necessidade de mais pesquisas sobre como perspectivas críticas dentro das corporações podem gerar mudanças positivas.

A sugestão de Ribeiro, de que atentemos às antropologias globais, pode ser mobilizada produtivamente para o estudo da corporação global, tanto no que diz respeito às diferentes formas que ela assume em distintos países, quanto para investigar como cadeias produtivas do tipo “não pergunte, não conte”, ocultam processos e pontos de produção de dano. Reconhecemos sua observação de que os governos se relacionam de forma distinta com corporações e movimentos populares em diferentes regiões do mundo. No entanto, ainda que Bolívia e Equador reivindicuem ser Estados de movimento social, nem Evo Morales nem Rafael Correa estão adotando políticas para as indústrias extrativas muito diferentes das de seus predecessores neoliberais (Bebbington, 2009).

Além das colaborações internacionais, também endossamos o apelo de Schoenberger por uma colaboração interdisciplinar. Para entender os danos corporativos, os antropólogos precisam trabalhar com toxicologistas, químicos, profissionais de saúde e outros cientistas. Nos Estados Unidos, uma abordagem renovada dos quatro campos da antropologia – reunindo etnografia e análise cultural, estudos linguísticos sobre formas textuais e semióticas da resposta corporativa, e antropologias médica, biológica e ambiental – poderia produzir uma compreensão mais holística da produção e dos custos dos danos corporativos.

Nossa noção de resignação foi formulada explicitamente a partir de questões relacionadas aos movimentos sociais – tema que um de nós estuda. Nosso objetivo não era desprezar nem minimizar a importância dos movimentos sociais e políticos que varrem a América Latina, mas questionar por que a participação nesses movimentos não é mais ampla. Lembramos o alerta de Marc Edelman (2001), de que os antropólogos frequentemente estudam movimentos progressistas enquanto ignoram os movimentos políticos de direita. Queremos ir além dessa crítica, argumentando que, se os antropólogos estudam movimentos sociais, também devem se perguntar sobre aqueles que optam por não participar – bem como sobre as formas sociais, como a responsabilidade social corporativa, que funcionam como movimentos sociais substitutos, nos quais identidades, lealdades e valores fundamentais são reproduzidos.

Há certa confusão sobre nossa noção de política da resignação. Fomos especialmente influenciados por Thomas Dumm (1998), que argumenta que a resignação nem sempre significa desistência. Pode ser, em si, uma forma de protesto – como no caso de alguém que renuncia a um cargo político por discordar das políticas da instituição. Gostamos dessa leitura agente da resignação e acreditamos que ela se encaixa bem em nossa compreensão da política contemporânea. Também levamos a sério a preocupação de Ribeiro de que um foco na resignação possa reforçar a hegemonia. Aqui, a leitura de Subramanian resume melhor o que pretendíamos: “a resignação é inerentemente instável e pode se tornar a base de uma política transformadora” – sendo a pergunta evidente

que tipo de política ou análise pode tornar isso possível. Apoiamos o argumento de Subramanian de que a resignação deve ser vista como um projeto em constante reelaboração – tanto por parte das corporações quanto de seus críticos – e não como uma conquista ou um fracasso. Esse senso de processo inacabado reflete nossa compreensão da relação dialética entre crítica e resposta corporativa – e, por isso, a necessidade de novas formas de análise sobre corporações e capitalismo.

Peter Benson e Stuart Kirsch

Referências

- ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the state. **Journal of Historical Sociology**, v.1, nº1, p. 58–89, 1988 (1977). [Referência indicada por Ajantha Subramanian].
- ADAM, Barbara. **Timescapes of Modernity: The Environment and Invisible Hazards**. Nova Iorque: Routledge, 1998.
- APPADURAI, Arjun. **The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- APPADURAI, Arjun. **Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- ARCURY, Thomas; QUANDT, Sara. Health and social impacts of tobacco production. **Journal of Agromedicine**, v. 11, nº 3-4, pp. 71-81, 2006.
- BAHRO, Rudolf. **The Alternative in Eastern Europe**. Tradução de David Fernbach. Nova Iorque: NLB, 1978.
- BALLARD, Chris; BANKS, Glenn. Resource wars: The anthropology of mining. **Annual Review of Anthropology**, v. 32, pp. 287-313, 2003.
- BANKS, Glenn; BALLARD, Chris (org.) The Ok Tedi settlement: Issues, outcomes and implications. **Pacific Policy Papers**, nº 27. Canberra: National Centre for

Development Studies and Resource Management in Asia-Pacific, Australian National University, 1997.

BEBBINGTON, Anthony. The new extraction: Rewriting the political ecology of the Andes. **NACLA Report on the Americas**, v. 42, n° 5, pp. 12-20, 2009.

BECK, Ulrich. 1992. **Risk Society: Towards a New Modernity**. Nova Iorque: Sage, 1992.

BENSON, Peter. El campo: Faciality and structural violence in farm labor camps. **Cultural Anthropology**, v. 23, n° 4, pp. 589-629, 2008a.

BENSON, Peter. Good clean tobacco: Philip Morris, biocapitalism, and the social course of stigma in North Carolina. **American Ethnologist**, v. 35, n° 3, pp. 357-379, 2008b.

BENSON, Peter. 2010. Safe cigarettes. **Dialectical Anthropology**, v. 34, n°1, pp. 49-56, 2010.

BENSON, Peter; FISCHER, Edward; THOMAS, Kedron. Resocializing suffering: Neoliberalism, accusation, and the socio political context of Guatemala's new violence. **Latin American Perspectives**, v. 35, n° 5, pp. 38-58, 2008.

94

BENSON, Peter; KIRSCH, Stuart. Corporate oxymorons. **Dialectical Anthropology**, v. 34, n° 1, pp. 45-48, 2010.

BERLANT, Lauren. **The Queen of America Goes to Washington City**. Durham: Duke University Press, 1997.

BIERSACK, Aletta. Red river, green war: The politics of place along the Porgera River. In: BIRSACK, Aletta; GREENBERG, James (orgs.). **Reimagining Political Ecology**. Durham: Duke University Press, 2006, pp. 233-280.

BISPHENOL A ORGANIZATION. **Are the myths about polycarbonate bottles true?** New information supports the safe use of polycarbonate bottles, 2008. Disponível em: <<http://www.bisphenol-a.org/whatsNew/20080205.html>>. Acesso em 28/05/2008.

BLUMENSTYK, Goldie. Mining company involved in environmental disaster now advises sustainability institute at U. of Michigan. **Chronicle of Higher Education**, v. 54, n° 15, 2007.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **The New Spirit of Capitalism**. Tradução de Gregory Elliot. Nova Iorque: Verso, 2005.

- BOURDIEU, Pierre. **The Weight of The World: Social Suffering in Contemporary Society**. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- BOYER, Dominic; YURCHAK, Alexei. Postsocialist studies, cultures of parody and American stio. **Anthropology News**, v. 49, nº 8, pp. 9-10, 2008.
- BRANDT, Alan. **The Cigarette Century: The Rise, Fall, and Deadly Persistence of the Product that Defined America**. Nova Iorque: Basic, 2007.
- BRODEUR, Paul. **Outrageous Misconduct: The Asbestos Industry on Trial**. Nova Iorque: Pantheon, 1985.
- BURAWOY, Michael. The anthropology of industrial work. **Annual Review of Anthropology**, v. 8, pp. 231-266, 1979.
- BURAWOY, Michael; LUKÁCS, János. **The Radiant Past: Ideology and Reality in Hungary's Road to Capitalism**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- BURKE, Timothy. **Lifebuoy Men, Lux Women: Commodification, Consumption and Cleanliness in Modern Zimbabwe**. Durham: Duke University Press, 1996.
- CARSON, Rachel. **Silent Spring**. Boston: Houghton Mifflin, 1962.
- CHARI, Sharad. **Fraternal Capital: Peasant-workers, Self-made Men, and Globalization in Provincial India**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2004.
- CHECKER, Melissa. **Polluted Promises: Environmental Racism and the Search for Justice in a Southern Town**. Nova Iorque: New York University Press, 2005.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Millennial capitalism and the culture of neoliberalism: First notes on a second coming. **Public Culture**, v, 12, nº 2, pp. 291-343, 2000.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Policing culture, cultural policing: Law and social order in postcolonial South Africa. **Law & Social Inquiry**, v. 29, nº 3, pp. 513-545, 2004.
- COOK, Scot. Economic anthropology: Problems in theory, method, and analysis. In: HONIGMANN, John (org.) **Handbook of Social and Cultural Anthropology**. Chicago: Rand McNally, 1982.

- CORONIL, Fernando. Toward a critique of globalcentrism: Speculations on capitalism's nature. **Public Culture**, v. 12 nº 2, pp. 351-374, 2000.
- CORONIL, Fernando. Smelling like a market. **American Historical Review**, v. 106, nº 1, pp. 119-129, 2001.
- COUMANS, Catherine; NETTLETON, Geoffrey. The Philippines: Centuries of mining. In: **Undermining the Forest**. Oxford: The Forest Peoples Programme, 2002, pp. 56-70.
- CROOK, Tony. Transactions in perpetual motion. In: HIRSCH, Erich; STRATHERN, Marilyn (orgs.) **Transactions and Creations: Property Debates and the Stimulus of Melanesia**. Nova Iorque: Berghahn, 2004, pp. 110-131.
- DANIELSON, Luke (org.) **Breaking New Ground: Mining, Minerals and Sustainable Development**. Londres: Earthscan, 2002.
- DANIELSON, Luke. **Architecture for Change: An Account of the Mining, Minerals, and Sustainable Development Project**. Berlin: Global Public Policy Institute, 2006. Disponível em: http://info.worldbank.org/etools/library/view_p.asp?lprogram=107&objectid=238483. Acesso em 15/03/2008.
- DAVIS, Devra. **When Smoke Ran Like Water: Tales of Environmental Deception and the Battle Against Pollution**. Nova Iorque: Basic, 2002.
- DEEGAN, Denise. **Managing Activism: A Guide to Dealing with Activists and Pressure Groups**. Institute of Public Relations PR in Practice Series. Londres: Kogan Page, 2001.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Tradução de Seán Hand. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.
- DELEUZE, Gilles. **Bergsonism**. Tradução de Hugh Tomlinson and Barbara Habberjam. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990.
- DELEUZE, Gilles. **Difference and Repetition**. Tradução de Paul Patton. Nova Iorque: Columbia University Press, 1995.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Anti-Oedipus**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983.

- DE SOTO, Hernando. **The Mystery of Capital: Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else**. Nova Iorque: Basic, 2003.
- D'SOUZA, Dinesh. **What's so Great about America?** Nova Iorque: Penguin, 2003.
- DUMIT, Joseph. Drugs for life. **Molecular Interventions**, v. 2, pp. 124-127, 2002.
- DUMM, Thomas. Resignation. **Critical Inquiry**, v. 25, nº 1, pp. 56-76, 1998.
- DUNN, Elizabeth. **Privatizing Poland: Baby Food, Big Business, and the Remaking of Labor**. Ithaca: Cornell University Press, 2004.
- ECONOMIST. **Mea copper, mea culpa: Australia's Broken Hill Proprietary may pull out of New Guinea**. 19 Ago. 1999. Disponível em: <<https://www.economist.com/business/1999/08/19/mea-copper-mea-culpa>>. Acesso em 30/06/2025.
- EDELMAN, Marc. Social movements: Changing paradigms and forms of politics. **Annual Review of Anthropology**, v. 31, pp. 469-496, 2001.
- ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1995. [Referência indicada por Gustavo Lins Ribeiro]
- FAIRCHILD, Amy; COLGROVE, James. Out of the ashes: the life, death, and rebirth of the "safer" cigarette in the United States. **American Journal of Public Health**, v. 94 nº 2, pp. 192-204, 2004.
- FARMER, Paul. An anthropology of structural violence. **Current Anthropology**, v. 45, nº 3, pp. 303-325, 2004.
- FERGUSON, James. **The Anti-politics Machine: "Development," Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- FERGUSON, James. **Expectations of modernity: Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt**. Berkeley: University of California Press, 1999.
- FERGUSON, James. **Global Shadows: Africa in the Neoliberal World Order**. Durham: Duke University Press, 2006.
- FILER, Colin; MACINTYRE, Martha. Grass roots and deep holes: Community responses to mining in Melanesia. **The Contemporary Pacific**, v. 18 nº 2, pp. 215-231, 2006.

- FISCHER, Edward; BENSON, Peter. Something better: Hegemony, resistance and desire in Guatemalan export agriculture. **Social Analysis**, v. 49, nº 1, pp. 3-20, 2005.
- FISCHER, Edward; BENSON, Peter. **Broccoli and Desire**: Global Connections and Maya Struggles in Postwar Guatemala. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- FISHER, Melissa; DOWNEY, Greg. **Frontiers of Capital**: Ethnographic Reflections on the New Economy. Durham: Duke University Press, 2006.
- FORTUN, Kim. **Advocacy after Bhopal**: Environmentalism, Disaster, New Global Orders. Chicago: University of Chicago Press, 2001.
- FOSTER, Robert. **Coca-globalization**: Following Soft Drinks from New York to New Guinea. Nova Iorque: Palgrave-Macmillan, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Discipline and Punish**: The Birth of the Prison. Tradução de Alan Sheridan. Nova Iorque: Vintage, 1979.
- FOUCAULT, Michel. The subject and power. In: FAUBION (org.) **Power**: Essential Works of Foucault, v. 3. Nova Iorque: New Press, 1994, pp. 326–348.
- FUKUYAMA, Francis. **The End of History and the Last Man**. Nova Iorque: Avon, 1992.
- GARDNER, Martha; BRANDT, Alan. “The doctor’s choice is America’s choice”: The physician in U.S. cigarette advertisements 1930–1953. **American Journal of Public Health**, v. 96 nº 2, pp. 222-232, 2006.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. **The End of Capitalism (as we Knew it)**: A Feminist Critique of Political Economy. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- GILBERTSON, Brian. Speech to the World Business Council for Sustainable Development/International Institute for Economy Development, Mining, Minerals and Sustainable Development meeting. **World Summit on Sustainable Development, Johannesburg**. Ago. 30, 2002. Disponível em: <<http://www.qni.com.au/bbContentRepository/Presentations/WorldSummit.pdf>>. Acesso em 15/09/2008.
- GIVEL, Michael. FDA legislation. **Tobacco Control**, v. 16, pp. 217-218, 2007.
- GODELIER, Maurice. **Perspectives in Marxist Anthropology**. Tradução de Robert Brain. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

- GUDEMAN, Stephen. **Economics as Culture: Models and Metaphors of Livelihood**. Londres: Routledge, 1986.
- GUNDER FRANK, Andre. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. Nova Iorque: Monthly Review, 1967.
- GUPTA, Akhil. Blurred boundaries: The discourse of corruption, the culture of politics and the imagined state. **American Ethnologist**, v. 22, nº 2, pp. 375-402, 1995. [Referência indicada por Ajantha Subramanian]
- GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Spatializing states: Towards an ethnography of neoliberal governmentality. **American Ethnologist**, v. 29, nº 4, pp. 981-1002, 2002. [Referência indicada por Ajantha Subramanian]
- HALE, Charles. Neoliberal multiculturalism: The remaking of cultural rights and racial dominance in Central America. **PoLAR: Political and Legal Anthropology Review**, v. 28, nº 1, pp. 10-28, 2005.
- HALL, Stuart. The problem of ideology: Marxism without guarantees. **Journal of Communication Inquiry**, v. 10, nº 2, pp. 28-44, 1986.
- HALVAKSZ, Jamon Alex. Whose closure? Appearances, temporality, and mineral extraction in Papua New Guinea. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 14, nº 1, pp. 21-37, 2008.
- HANCE, Billie; CHESS, Caron; SANDMAN, Peter. **Industry Risk Communication Manual: Improving Dialogue with Communities**. Boca Raton: Lewis, 1990.
- HART, Keith. **Money in an Unequal World: Keith Hart and his Memory Bank**. Londres: Profile, 2001.
- HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity: An Inquiry Into the Origins of Cultural Change**. Londres: Wiley-Blackwell, 1992.
- HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HATSUKAMI, Dorothy, HENNINGFIELD, Jack; KOTLYAR, Michael. Harm reduction approaches to reducing tobacco-related mortality. **Annual Review of Public Health**, v. 25, pp. 377-395, 2004.
- HO, Karen. Situating global capitalisms: A view from Wall Street investment banks. **Cultural Anthropology**, v. 20 nº 1, pp. 68-96, 2005.

- HOFFMAN, Andrew. **From Heresy to Dogma: An Institutional History of Corporate Environmentalism**. San Francisco: New Lexington, 1997.
- HSU, Spenser. Davis's bill on tobacco is criticized; Philip Morris stands to benefit, foes say. **Washington Post**, Jun. 22, sec. B, 2001.
- HYNDMAN, David. Ok Tedi: New Guinea's disaster mine. **Ecologist**, v. 18, pp. 24-29, 1988.
- INDA, Jonathan Xavier; ROSALD, Renato (orgs.) **The anthropology of globalization: A reader**. Nova Iorque: Blackwell, 2007.
- INSTITUTE OF MEDICINE. **Clearing the Smoke: Assessing the Science Base for Tobacco Harm Reduction**. Washington: National Academy Press, 2001.
- JACKA, Jerry. Coca-Cola and kolo: Land, ancestors, and development. **Anthropology Today**, v. 17 nº 4, pp. 3-8, 2001.
- JAIN, Sarah Lochlann. "Come up to the Kool taste": African American upward mobility and the semiotics of menthols. **Public Culture**, v. 15, nº 2, pp. 295-322, 2004.
- JAMESON, Frederic. Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism. **New Left Review**, v. 146, p. 53-92, 1984.
- JOHNSTON, Adrian. The cynic's fetish: Slavoj Žižek and the dynamics of belief. **Psychoanalysis, Culture, and Society**, v. 9, nº 3, pp. 259-283, 2004.
- KIRSCH, Stuart. Ok Tedi River a sewer. **Times of Papua New Guinea**, pp. 3, 1989.
- KIRSCH, Stuart. 1995. Social impact of the Ok Tedi mine on the Yonggom villages of the North Fly, 1992. **Research in Melanesia**, 19: 23-102.
- KIRSCH, Stuart. Is Ok Tedi a precedent? Implications of the lawsuit. In: BANKS, Glenn; BALLARD, Chris (orgs.) **The Ok Tedi Settlement: Issues, Outcomes and Implications**. Pacific Policy Papers, nº. 27. Canberra: National Centre for Development Studies and Resource Management in Asia-Pacific, Australian National University, 1997, pp. 118-140.
- KIRSCH, Stuart. Lost worlds: Environmental disaster, "culture loss," and the law. **Current Anthropology**, v. 42, nº 2, pp. 167-198, 2001.
- KIRSCH, Stuart. Anthropology and advocacy: A case study of the campaign against the Ok Tedi mine. **Critique of Anthropology**, v. 22, nº 2, pp. 175-200, 2002.

- KIRSCH, Stuart. **Reverse Anthropology**: Indigenous Analysis of Social and Environmental Relations in New Guinea. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- KIRSCH, Stuart. Indigenous movements and the risks of counter globalization: tracking the campaign against Papua New Guinea's Ok Tedi Mine. **American Ethnologist**, v. 34, nº 2, p. 303-321, 2007.
- KIRSCH, Stuart. Social relations and the green critique of capitalism in Melanesia. **American Anthropologist**, v. 110, nº 3, pp. 288-298, 2008.
- KIRSCH, Stuart. 2010a. Ethnographic representation and the politics of violence in West Papua. **Critique of Anthropology**, 30: 1-20.
- KIRSCH, Stuart. Sustainable mining. **Dialectical Anthropology**, v. 34, nº 1, pp. 87-93, 2010b.
- KLEINMAN, Arthur. DAS, Vena; LOCK, Margaret (orgs.) **Social Suffering**. Berkeley: University of California Press, 1997.
- KLEINMAN, Arthur; WANG, Wen-Zhi; LI, Shi-Chuo; CHENG, Xue-Ming; DAI, Xiu-Ying; LI, Kun-Tun; KLEINMAN, Joan. The social course of epilepsy: Chronic illness as social experience in interior China. **Social Science and Medicine**, v. 40, pp. 1319-1330, 1995.
- LATOUR, Bruno. Why has critique run out of steam? From matters of fact to matters of concern. **Critical Inquiry**, v. 30, nº 2, pp. 225-248, 2004.
- LAYTON, Lyndsey. Studies on chemical in plastics questioned: Congress examines role of industry in regulation. **Washington Post**, Abr. 27, 2008. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/04/26/AR2008042602126.html>>. Acesso em 27/04/2008.
- LAZZARATO, Maurizio. From biopower to biopolitics. **Pli: Warwick Journal of Philosophy**, v. 13, pp. 100-111, 2002.
- LI, Tania. **The Will to Improve**: Governmentality, Development, and the Practice of Politics. Durham: Duke University Press, 2007. [Referência indicada por Ajantha Subramanian].
- LIPUMA, Ed; LEE, Ben. **Financial Derivatives and the Globalization of Risk**. Durham: Duke University Press, 2004.

- MARCUS, George. **Ethnography Through Thick and Thin**. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- MASSUMI, Brian. **A User's Guide to Capitalism and Schizophrenia**: Deviations from Deleuze and Guattari. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.
- MASSUMI, Brian. **Parables for the Virtual**: Movement, Affect, Sensation. Durham: Duke University Press, 2002.
- MAURER, William. **Mutual Life, Limited**: Islamic Banking, Alternative Currencies, Lateral Reason. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- MAZZARELLA, William. **Shoveling Smoke**: Advertising and Globalization in Contemporary India. Durham: Duke University Press, 2003.
- MBEMBE, Achille. The banality of power and the aesthetics of vulgarity in the postcolony. **Public Culture**, v. 4, nº 2, pp. 1-30, 1992. [Referência indicada por Ajantha Subramanian].
- MBEMBE, Achille. **On the Postcolony**. Berkeley: University of California Press, 2001. [Referência indicada por Ajantha Subramanian].
- MCDANIEL, Patricia; MALONE, Ruth. Understanding Philip Morris's pursuit of U.S. government regulation of tobacco. **Tobacco Control**, v. 14, pp. 193-200, 2005.
- MCWILLIAMS, James. **American Pests**: The Losing War on Insects from Colonial Times to DDT. Nova Iorque: Columbia University Press, 2008.
- MICHAELS, David. **Doubt is their Product**: How Industry's Assault on Science Threatens Your Health. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- MILLER, Daniel. **Capitalism**: An Ethnographic Approach. Londres: Berg, 1997.
- MINING JOURNAL. **Fly in Ointment for Ok Tedi?** Dez. 8, 1989. Acesso em 09/07/2007.
- MITCHELL, Timothy. The limits of the state: Beyond statist approaches and their critics. **American Political Science Review**, v. 85 nº 1, pp. 77-96, 1991. [Referência indicada por Ajantha Subramanian].
- MIYAZAKI, Hirokazu. The temporalities of the market. **American Anthropologist**, v. 105, nº 2, pp. 255-265, 2003.

- MONTOPOLI, Brian. Tobacco bill's big winner: Philip Morris? **CBS News**, Jun. 11, 2009. Disponível em: < <https://www.cbsnews.com/news/tobacco-bills-big-winner-philip-morris/> >. (Acesso em 30/06/ 2025).
- MOODY, Roger. **Rocks and Hard Places: The Globalization of Mining**. Nova Iorque: Zed, 2007.
- NADER, Laura. Up the anthropologist: Perspectives gained from studying up. In: HYMES, Dell (org.) **Reinventing Anthropology**. Nova Iorque: Pantheon, 1969, pp. 285–311.
- NADER, Laura. Controlling processes: Tracing the dynamic components of power. **Current Anthropology**, v. 38, nº 5, pp. 711-738, 1997.
- NADER, Ralph. BHP still stained by Ok Tedi runoff. **Australian Financial Review**, Set. 24, pp. 19, 1996.
- NASH, June. **We Eat the Mines and the Mines Eat Us: Dependency and Exploitation in Bolivian Tin Mines**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1979.
- NICHTER, Mark. Coming to our senses: Appreciating the sensorial in medical anthropology. **Transcultural Psychiatry**, v. 45, nº 2, pp. 163-197, 2008.
- NUGENT, David. **Modernity at the Edge of Empire: State, Individual and Nation in the Northern Peruvian Andes, 1885–1935**. Stanford: Stanford University Press, 1997. [Referência indicada por Ajantha Subramanian].
- NUGENT, Stephen. Some reflections on anthropological structural Marxism. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 13, nº 2, pp. 419-431, 2007.
- OFFOR SHARP. **Homepage**. Disponível em: <<http://www.offorsharp.com.au>>. Acesso em 17/07/2008.
- ONG, Aihwa. **Spirits of Resistance and Capitalist Discipline**. Albany: State University of New York Press, 1987.
- ONG, Aihwa. **Flexible Citizenship: The Cultural Logics of Transnationality**. Durham: Duke University Press, 1998.
- ONG, Aihwa. **Buddha is Hiding: Refugees, Citizenship, the New America**. Berkeley: University of California Press, 2003.

- ONG, Aihwa. **Neoliberalism as Exception: Mutations in Citizenship and Sovereignty**. Durham: Duke University Press, 2006.
- ORTNER, Sherry. Theory in anthropology since the Sixties. **Comparative Studies in Society and History**, v. 26, nº 1, pp. 126-166, 1984.
- ORTNER, Sherry. Subjectivity and cultural critique. **Anthropological Theory**, v. 5, nº 1, pp. 31-52, 2005.
- OTML [Ok Tedi Mining, Ltd.]. **MineWaste Management Status Report**. Media release. 4 de jun., 1999.
- OTML [Ok Tedi Mining, Ltd.]. **CMCA Environmental Predictions Update**. Tabubil, Papua New Guinea: OTML, 2005.
- PETRYNA, Adriana. Ethical variability: Drug development and globalizing clinical trials. **American Ethnologist**, v. 32, nº 2, pp. 183-197, 2005.
- PETRYNA, Adriana. Experimentality: On the global mobility and regulation of human subjects research. **PoLAR: Political and Legal Anthropology Review**, v. 30, nº 2, pp. 288-304, 2007.
- PHILIP MORRIS USA. **Good agricultural practices**, 2008. Disponível em: <http://www.philipmorrisusa.com/en/our_initiatives/business_partners/tobacco_farmer_partnering/good_agricultural_practices.asp>. Acesso em fev. 2008.
- PIERCE, John. Harm reduction or harm maintenance? **Nicotine and Tobacco Research**, v. 4, pp. S53-S54, 2002.
- PIETZ, William. The fetish of civilization: Sacrificial blood and monetary debt. In: PELS, Peter; SALEMINK, Oscar (orgs.) **Colonial Subjects: Essays on the Practical History of Anthropology**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999, pp. 53-81.
- POLANY, Karl. The economy as instituted process. In: LECLAIR, Edward; SCHNEIDER, Harold (orgs.) **Economic Anthropology**. Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston, 1968.
- POLLAY, Richard; DEWHIRST, Timothy. The dark side of marketing seemingly “light” cigarettes: Successful images and failed fact. **Tobacco Control**, v. 11, pp. 18-31, 2002.
- POST COURIER. Closing all mines good for us: expert. **Post Courier of Papua New Guinea**, Set. 20-22, 2002.

- POWER, Michael. **The Audit Society: Rituals of Verification**. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- PROCTOR, Robert. **Cancer Sars: How Politics Shapes What We Know and Don't Know about Cancer**. Nova Iorque: Basic, 1996.
- PROCTOR, Robert. Tobacco and the global lung cancer epidemic. **Nature Reviews Cancer**, v. 1, nº 1, pp. 82-86, 2001.
- RABINOW, Paul. **Essays on the Anthropology of Reason**. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. **Transnational Capitalism and Hydropolitics in Argentina**. Gainesville: University Press of Florida, 1994. [Referência indicada por Gustavo Lins Ribeiro].
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Diversidad étnica en el planeta banco: Cosmopolitismo y transnacionalismo en el Banco Mundial. **Nueva Sociedad**, v. 178, pp. 70–88, 2002. [Referência indicada por Gustavo Lins Ribeiro].
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Non-hegemonic globalizations: Alter-native transnational processes and agents. **Anthropological Theory**, v. 9, nº 3, pp. 297-329, 2009. [Referência indicada por Gustavo Lins Ribeiro].
- RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo (orgs.) **World Anthropologies: Disciplinary Transformations Within Systems of Power**. Oxford: Berg, 2006. [Referência indicada por Gustavo Lins Ribeiro].
- ROFEL, Lisa. **Desiring China: Experiments in Neoliberalism, Sexuality, and Public Culture**. Durham: Duke University Press, 2007. [Referência indicada por Gustavo Lins Ribeiro].
- ROSEBERRY, William. Marx and anthropology. **Annual Review of Anthropology**, v. 26, nº pp. 25-46, 1997.
- SAUL, Stephanie. Bill to regulate tobacco as a drug is approved by a House committee. **New York Times**, 3 de abr., 2008.
- SAWYER, Suzana. **Crude Chronicles: Indians, Multinational Oil, and Neoliberalism in Ecuador**. Durham: Duke University Press, 2004.

- SCHEPER-HUGHES, Nancy. **Death Without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil**. Berkeley: University of California Press, 1992.
- SCHUDSON, Michael. **Advertising, the Uneasy Persuasion: Its Dubious Impact on American Society**. Nova Iorque: Basic, 1986.
- SCOTT, James. **Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts**. New Haven: Yale University Press, 1992.
- SCOTT, James. **Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed**. New Haven: Yale University Press, 1998.
- SEN, Amartya. **Development as Freedom**. Nova Iorque: Knopf, 2001.
- SHIFFMAN, Saul; GITCHELL, Joe; WARNER, Kenneth; SLADE, John, HENNINGFIELD, Jack; PINNEY, John. Tobacco harm reduction: Conceptual structure and nomenclature for analysis and research. **Nicotine and Tobacco Research**, v. 4, pp. S113–S129, 2002.
- SHINER, Larry. Reading Foucault: Anti-method and the genealogy of power-knowledge. **History and Theory**, v. 21, nº 3, pp. 382-398, 1982.
- SIEGEL, Michael. Food and Drug Administration regulation of tobacco: Snatching defeat from the jaws of victory. **Tobacco Control**, v. 13, pp. 439-441, 2004.
- SINGER, Merrill. **The Face of Structural Violence: Life History of a Street Drug Addict**. Prospect Heights: Waveland, 2006.
- SINGER, Merrill; BAER, Hans. **Killer Commodities: Public Health and the Corporate Production of Harm**. Lanham: AltaMira, 2009.
- SLOTERDIJK, Peter. **Critique of Cynical Reason**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983.
- SMITH, Elizabeth; MALONE, Ruth. Altria means tobacco: Philip Morris's identity crisis. **American Journal of Public Health**, v. 93, pp. 553-556, 2003a.
- SMITH, Elizabeth; MALONE, Ruth. Thinking the “unthinkable”: Why Philip Morris considered quitting. **Tobacco Control**, v. 12, pp. 208-213, 2003b.
- SMITH, Jessica. **Putting kinship to work: Gender and relatedness in a Wyoming coal mining community**. Dissertação (Doctor of Philosophy) University of Michigan, Ann Arbor, 2009.

- SPETH, James Gustave. **The Bridge at the Edge of the World: Capitalism, the Environment, and Crossing from Crisis to Sustainability.** New Haven, CT: Yale University Press, 2008.
- STEWART, Kathleen. **Ordinary Affects.** Durham: Duke University Press, 2007.
- STRATHERN, Marilyn (org.) **Audit Cultures: Anthropological Studies in Accountability, Ethics and the Academy.** Nova Iorque: Routledge, 2002.
- STRIFFLER, Steve. **In the Shadows of State and Capital: The United Fruit Company, Popular Struggle, and Agrarian Restructuring in Ecuador, 1900–1995.** Durham: Duke University Press, 2002. [Referência indicada por Ajantha Subramanian].
- STRIFFLER, Steve. **Chicken: The Dangerous Transformation of America's Favorite Food.** New Haven: Yale University Press, 2005. [Referência indicada por Ajantha Subramanian].
- SUNDER RAJAN, Kaushik. **Biocapital: The Constitution of Postgenomic Life.** Durham: Duke University Press, 2006.
- SZABLOWSKI, David. **Transnational Law and Local Struggles: Mining, Communities and the World Bank.** Hart Monographs in Transnational and International Law. Oxford: Hart, 2007.
- TERRAY, Emmanuel. **Marxism and "Primitive" Societies.** Tradução de Mary Klopfer. Nova Iorque: Monthly Review, 1972.
- TOWNSEND, William. Giving away the river: Environmental issues in the construction of the Ok Tedi mine, 1981–84. In: PERNETTA, John (org.) **Potential Impacts of Mining on the Fly River.** UNEP Regional Seas Reports and Studies, nº 99, e SPREP (South Pacific Regional Environment Programme), nº 33. Nairobi: United Nations Environment Programme, 1988, pp. 107-119.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. Anthropology and the savage slot: The poetics and politics of otherness. In: FOX, Richard (org.) **Recapturing Anthropology: Working in the Present.** Santa Fe, NM: School of American Research, 1991, pp. 18-44.
- WALL STREET JOURNAL. **Washington's marlboro men: Congress loves big tobacco enough to regulate it.** Jun. 13, 2009. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB124484664398811283.html>>.

- WALLERSTEIN, Emmanuel. **The Modern World System**. Nova Iorque: Academic Press, 1976.
- WARREN, Christian. **Brush with Death: A Social History of Lead Poisoning**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- WATSON, James (org.) **Golden Arches East: McDonald's in East Asia**. 2nd edition. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- WEINER, James; RUMSEY, Alan. **Mining and Indigenous Lifeworlds in Australia and Papua New Guinea**. Oxford: Sean Kingston, 2004.
- WELKER, Marina. "Corporate security begins in the community": Mining, the corporate responsibility industry, and environmental advocacy in Indonesia. **Cultural Anthropology**, v. 24 n° 1, pp. 142-179, 2009.
- WHITE, Larry. **Merchants of Death: The American Tobacco Industry**. Nova Iorque: William Morrow, 1988.
- WILK, Richard. **Economies and Cultures: Foundations of Economic Anthropology**. 2.ed. Boulder: Westview, 2007.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxism and Literature**. Oxford: Oxford University Press, 1977.
- WOLF, Eric. **Europe and the People Without History**. Berkeley: University of California Press, 1982.
- WORLD BANK. **Ok Tedi Mining, Ltd.:** Mine waste management project risk assessment and supporting documents, 2000. Disponível em: <<http://www.abc.net.au/4corners/content/2000/worldbankreview.doc>>. Acesso em fev. 2007.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO report on the global tobacco epidemic, 2008: The MPOWER package**. Geneva: World Health Organization, 2008.
- YANAGISAKO, Sylvia Junko. **Producing Culture and Capital: Family Firms in Italy**. Berkeley: University of California Press, 2002.
- YURCHAK, Alexei. Soviet hegemony of form: Everything was forever until it was no more. **Comparative Studies in Society and History**, v. 45, n° 3, pp. 480-510, 2003.
- ZAKARIA, Fareed. **The Post-American World**. Nova Iorque: Norton, 2008.

ZALOOM, Caitlin. Ambiguous numbers: Trading technologies and interpretation in financial markets. **American Ethnologist**, v. 30, nº2, pp. 258-272, 2003.

ŽIŽEK, Slavoj. **The Sublime Object of Ideology**. Londres: Verso, 1989.

ŽIŽEK, Slavoj. **Organs Without Bodies: On Deleuze and Consequences**. Londres: Routledge, 2003.

ŽIŽEK, Slavoj. **The Parallax View**. Cambridge: MIT Press, 2006.

Peter Benson é Ph.D. em Antropologia Social na Universidade de Harvard, Cambridge, MA/EUA. Professor e Chefe do Departamento de Antropologia da Universidade de Delaware. É autor dos livros: *Stuck Moving: Or, How I Learned to Love (and Lament) Anthropology* (University of California Press, 2023), *Tobacco Capitalism: Growers, Migrant Workers, and the Changing Face of a Global Industry* (Princeton University Press, 2012) e *Broccoli and Desire: Global Connections and Maya Struggles in Postwar Guatemala*, em co-autoria com Edward F. Fischer (Stanford University Press, 2006). **Email:** pbenson@udel.edu

Stuart Kirsch é PhD em antropologia pela University of Pennsylvania/EUA. Professor Titular Roy A. Rappaport de Antropologia na Universidade de Michigan. É autor dos livros *Reverse Anthropology: Indigenous Analysis of Social and Environmental Relations in New Guinea* (Stanford University Press, 2006), *Mining Capitalism: The Relationship between Corporations and their Critics* (University of California Press, 2014) e *Engaged Anthropology: Politics beyond the Text* (University of California Press, 2018). **Email:** skirsch@umich.edu

Artigo enviado em 19/03/2025 e aprovado em 13/06/2025.